



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 755 - DE 11 A 24 DE JANEIRO DE 2026 - R\$ 5,00



Estados Unidos invadem a Venezuela e sequestram o presidente Nicolás Maduro



PELA DEFESA INCONDICIONAL DA NAÇÃO OPRIMIDA!

Trump, liberte imediatamente o presidente da República Bolivariana da Venezuela!

Operários, camponeses e trabalhadores oprimidos da classe média, está em nossas mãos a tarefa de pôr em pé um movimento das massas para libertar a Venezuela dos ditames dos Estados Unidos e expulsá-los da América Latina

Um chamado a todas as organizações e forças políticas que se colocaram contra a invasão norte-americana da Venezuela a constituir a frente única anti-imperialista em cada país como parte de um levante anti-imperialista na América Latina

Em defesa da luta dos explorados bolivianos contra o novo governo antinacional e antipopular

Todo apoio ao combate do Partido Operário Revolucionário da Bolívia pelas reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores!

Passos da confrontação dos Estados Unidos com a China

Invasão da Venezuela e sequestro do presidente Nicolás Maduro são consequências militares da potente guerra comercial

Somente o proletariado à frente da maioria oprimida tem como enfrentar e derrotar a marcha bélica impulsionada pelo imperialismo norte-americano e potências aliadas

A clareza e determinação como Trump expôs e justificou seu plano para a subordinação colonial da Venezuela advêm da necessidade objetiva dos Estados Unidos confrontarem no plano internacional a expansão econômica da China. Foi incisivo em seu objetivo de se apossar da maior reserva petrolífera mundial. Em meio à guerra comercial, se encontra a guerra pelo controle das fontes de matérias-primas e recursos energéticos. A China exerce o monopólio sobre a estratégica fonte de terras raras, mas depende visceralmente do petróleo. Os Estados Unidos chegaram à conclusão de que não podem releva a penetração econômico-comercial na América Latina e a crescente influência política da China voltada a setores da burguesia e a governantes. Chegou o momento do imperialismo norte-americano bloquear e destroçar os vínculos da potência asiática emergente com os países economicamente mais importantes e detentores de vastos recursos naturais.

A burguesia estadunidense se convenceu de que o grau de interdependência de países latino-americanos com a China tem de ser revertido antes de criar raízes profundas no continente. A ofensiva determinada por Trump destinada à manutenção da poderosa ascendência dos Estados Unidos sobre a América Latina faz parte da guerra comercial e da escalada bélica em termos mundiais. A Casa Branca se movimenta no sentido de levantar trincheiras e minar terrenos por onde poderá passar a confrontação com a China e aliados, como a Rússia e Irã.

A operação militar na Venezuela e a exposição de um plano de controle do petróleo foram seguidos de arroubos da ambiciosa anexação da Groenlândia, a despeito da contrariedade da Dinamarca e da União Europeia. O mapa expansionista dos Estados Unidos abrange o México e o Canadá. É por essa via que se projeta internacionalmente a guerra comercial.

O documento “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”, de novembro de 2025, define a velha tese imperialista da “paz através da força”, ou seja, “a força é o melhor fator de dissuasão, países ou outros atores suficientemente dissuadidos de ameaçar interesses americanos não o farão”. Refere-se, principalmente, sem nomear, à China e Rússia, que são potências nucleares e que guardam a particularidade de terem realizado a revolução social e reincorporado às relações capitalistas mundiais pela via da restauração.

A China, distintamente da Rússia, por sua gigantesca capacidade econômica, alcançou uma significativa abrangência na América Latina. A importação chinesa de petróleo da Venezuela e sua crescente participação na estrutura da indústria petrolífera venezuelana se enquadram na estratégia norte-americana da “paz através da força”. O que significa barrar a

penetração da China na economia petrolífera da Venezuela.

O cerco militar montado no mar do Caribe foi concebido para intervir diretamente no país e sequestrar o presidente Nicolás Maduro, e indiretamente para mostrar as armas à China e Rússia. Nesse mesmo sentido, Trump indicou que outros países, como a Colômbia, México e Brasil, também estão em sua mira.

Não teve a menor importância para seus cálculos militares a grita burguesa contra a “ditadura de Maduro” e a “ilegitimidade eleitoral” de seu governo. Esse fato político desconcertou os governos que condenaram em palavras a violação da “ordem jurídica regida pela Carta da ONU” e, assim, da soberania nacional. O que põe em risco “a paz e a segurança na América Latina”. O Conselho de Segurança da ONU se reuniu para cumprir mera formalidade. Os Estados Unidos se valeram de uma burda falsificação afirmando que não estava em guerra com a Venezuela. Essa mesma justificativa foi apresentada ao Congresso norte-americano para desfazer os inúteis rumores dos democratas.

As três fases apresentadas pelo Secretário de Estado, Marco Rubio – estabilização, recuperação e transição –, quer dizer que a Venezuela já está sob o controle externo decidido pelos Estados Unidos. Implica transformar a presidente interina, Delcy Rodríguez, em fantoche das decisões de Trump. O cálculo do imperialismo é de que arrancando Maduro da presidência se rompeu uma peça chave e assim já não haverá a governabilidade chavista. Não havia como entregar o poder do Estado a Maria Corina Machado e Edmundo González sem que houvesse uma grande rejeição dos venezuelanos e uma enorme dificuldade de organizar um novo governo sem desmontar o aparato militar que sustentava as diretrizes políticas de Maduro.

O cerco militar continua ameaçando o governo, que premido se dispôs a ceder o controle do petróleo. Já não pode sair nenhum navio petroleiro sem o consentimento de Trump. A invasão de Caracas e o sequestro de Maduro foi tão fulminante que o governo perdeu completamente qualquer capacidade de reação. A morte de cerca de 100 soldados e civis – até agora não se tem com precisão – e nenhuma baixa nas forças invasoras expuseram a fragilidade da Venezuela.

As manifestações convocadas não alcançaram a altura que deveriam ter nas condições de um ataque imperialista tão prepotente e sanguinário. Sem uma comoção nacional e com uma posse da vice-presidenta em um cerimonial suspenso no ar, o governo Trump pôde apresentar as três fases e obter imediatamente a concessão da entrega do petróleo.

Certamente, tal incapacidade se explica fundamentalmente pela desorganização do proletariado como classe independente e pela ausência de um partido revolucionário. O nacionalismo chavista primou pela dissolução de organismos operários e populares, surgidos no processo da denominada Revolução Bolivariana. Perseguiu sua vanguarda combatente e substituiu as organizações de base por organismos estatais-burocráticos.

A Venezuela, tudo indica, entra em um novo momento de sua história. O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) não só fracassou na tarefa de avançar as transformações democráticas como passou a atravancá-las, estatizando as organizações operárias, camponesas e populares.

O humilhante sequestro do presidente Maduro foi calculado pelo imperialismo para submeter o que restou do governo.

A luta pela soberania da Venezuela e pela libertação de Maduro depende inteiramente de a classe operária venezuelana colocar em pé uma frente única anti-imperialista, embasada no programa da revolução social. É preciso ter claro que se trata de uma luta de todos os explorados da América Latina.

A crise mundial continua em marcha ascendente e em suas entranhas potenciam as tendências bélicas. Os explorados de todo o mundo sentem os perigos que afluem da decomposição do capitalismo e buscam o caminho da luta de classes. É nesse terreno que se dará a continuidade da luta anti-imperialista. Trata-se da vanguarda com consciência de classe trabalhar persistentemente pela superação da crise de direção, que é o grande obstáculo ao combate anti-imperialista e ao desenvolvimento da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Três anos do fracassado golpe de Estado

Permanece e recrudesce a crise política

No dia 8 de janeiro, Lula realizou um ato no Palácio do Planalto para afirmar o “Estado de Direito” e a “democracia”. Em seu discurso, elogiou as instituições “democráticas”, referindo-se ao Supremo Tribunal Federal (STF) que garantiu um julgamento justo e os direitos daqueles que tentaram o golpe de Estado. Em suas palavras: “Talvez, a prova mais contundente do vigor da democracia brasileira seja o julgamento dos golpistas pelo STF. Todos eles tiveram amplo direito de defesa. Foram julgados com transparência e imparcialidade”.

É certo que o processo que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro, a cúpula militar de seu governo e civis bolsonaristas se baseou em fartas provas factuais e documentais. Lula omitiu que nenhum empresário que financiou e ajudou a organizar a ação golpista sofreu qualquer penalidade. A Polícia Federal e o STF não se empenharam em expor elementos do poder econômico que fizeram parte da conspiração. O mesmo se pode dizer de lideranças políticas e religiosas.

A prisão de Bolsonaro foi uma demonstração de que a ultradireita perdeu força política. No entanto, permanece viva e atuante. Os partidos de direita e centro-direita que controlam o Congresso Nacional tiveram de se resignar diante do julgamento e das condenações. Não puderam apoiar o movimento bolsonarista pela “anistia ampla e irrestrita”. Se o fizessem desautorizariam o STF e enterrariam as provas concretas da tentativa de golpe. O que evidenciaria seus compromissos com o Partido Liberal (PL) e com o próprio ex-presidente condenado.

Não sendo assim, puseram de lado o Projeto de Lei da Anistia e o substituíram pelo da Lei da Dosimetria. Coube ao burocrata e conhecido corrupto Paulinho da Força, deputado pelo Partido Solidariedade, concretizar essa manobra. Jacques Wagner, parlamentar petista e líder do governo no Senado, negociou com o presidente Davi Alcolumbre a aprovação do PL da Dosimetria. O STF considerou inconstitucional. Lula não teve outra saída senão vetá-lo. Aproveitou o ato de 8 de janeiro para apresentar o veto. Os presidentes da Câmara e do Senado boicotaram a solenidade como forma de demonstrar seu descontentamento com o rompimento do acordo armado com a participação do senador Jacques Wagner. A Dosimetria é a via para se encontrar uma forma de anular o mais rápido possível a condenação de Bolsonaro e seus generais.

A solidão de Lula no Palácio do Planalto é consequência da aguda crise política que não se dissipou com a finalização do jul-

gamento dos golpistas. É visível a decomposição da democracia oligárquica. Crise essa que vem condicionando as movimentações das forças partidárias voltadas às eleições presidenciais de outubro.

Lula continua firme como candidato da esquerda burguesa, e o campo da ultradireita, direita e centro-direita ainda está por definir se farão uma ampla aliança ou se se dividirão no primeiro turno, para se unirem no segundo. Bolsonaro adiantou a indicação de seu filho, o senador Flávio, para não perder a iniciativa política. Os aliados tiveram de aceitar, uma vez que o caudilho ultradireitista mantém capacidade de arregimentação eleitoral, valendo-se do Partido Liberal (PL) e de importante parte das igrejas evangélicas.

Tais acontecimentos ocorrem nas condições de enorme crise na América Latina potenciada pela ofensiva norte-americana contra a Venezuela. Ou seja, nas condições de agravamento da guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. Lula teve de diplomaticamente condenar a invasão em Caracas e o sequestro do presidente Maduro. Isso quando a maior parte da burguesia brasileira esteve e está propensa a apoiar o cerco imperialista à Venezuela, sob a bandeira de acabar com a ditadura chavista. Mas, ao mesmo tempo, a fração exportadora teme uma ruptura com a China e, nesse sentido, está com a diplomacia do governo movida sob o palavreado de paz, colaboração, acordos comerciais e multilateralismo.

Cada vez fica mais difícil ao Brasil caminhar sobre o fio da navalha do não-alinhamento. É bem provável que os Estados Unidos arrochem as pressões em torno ao governo Lula e intervenham ainda mais na política brasileira. As tratativas voltadas a administrar o tarifaço não resultaram em afrouxamento da ofensiva norte-americana contra setores empresariais vinculados à China e contra a política do governo Lula de manter-se alinhado no BRICS.

Está em curso o escândalo da falência do Banco Master e o da roubalheira que a burocracia sindical e agentes do Estado promoveram no INSS. É bem provável que comporão o quadro da disputa eleitoral. A previsão de baixo crescimento econômico e de elevação da gigantesca dívida pública impulsionarão as forças burguesas a fortalecer a direita e a ultradireita.

A classe operária e os demais trabalhadores iniciam o ano ameaçados de arcar com mais contrarreformas. O reajuste do salário mínimo pouco acima da inflação mantém a pobreza e a miséria da maioria oprimida. A informalidade e a terceirização continuarão a se expandir.

Como se vê, o principal problema político está em que os sindicatos se encontram fortemente estatizados e suas direções corrompidas pela política burguesa têm conseguido conter os instintos de revolta dos trabalhadores. Essa burocracia acaba de enterrar as greves dos petroleiros e dos correios. A luta pela independência e libertação dos sindicatos do controle da burocracia colaboracionista é básica para a defesa do programa próprio da classe operária. O combate em duas linhas, de um lado, contra a direita e, de outro, a esquerda burguesa se colocará mais nitidamente nos próximos meses à medida que recrudesça a disputa eleitoral pelo poder.

As greves dos petroleiros e dos correios indicam que a classe operária necessariamente tem de recorrer ao seu programa e se lançar à luta com seus métodos próprios de combate. Os explorados brasileiros estão expostos aos ataques do imperialismo norte-americano tal como se passa com os explorados da América Latina. A classe operária não pode se furtar a responder com a resistência anti-imperialista. Está diante da necessidade de exigir a constituição de uma frente única anti-imperialista. Terá de lutar contra o imperialismo norte-americano e as frações burguesas que agem no sentido de subordinar o Brasil à política mundial dos Estados Unidos.

 **NOSSA CLASSE**
*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXII - Janeiro/2026
☎ (11) 95446-2020
nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



O Boletim faz a campanha junto aos operários contra a intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro. Defende que os sindicatos, movimentos e partidos que se reivindicam da soberania nacional se coloquem por constituir a frente única anti-imperialista, sob o programa e a direção da classe operária. Publicamos abaixo a política operária.

Boletim Nossa Classe de janeiro - Política Operária

Fora Estados Unidos da Venezuela e da América Latina! Defesa incondicional da Venezuela e do governo Maduro frente ao ataque dos EUA. O petróleo da Venezuela pertence aos venezuelanos

Constituir a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária para derrotar o imperialismo e defender a soberania nacional da Venezuela e das demais nações oprimidas

Logo depois de sequestrar o presidente da Venezuela Nicolás Maduro e sua esposa em 3 de janeiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump declarou abertamente que seu objetivo é o de controlar (entenda-se roubar) a maior reserva de petróleo do mundo que se encontra na Venezuela. Para sequestrar Maduro, Donald Trump mandou bombardear bases militares e prédios civis matando 80 pessoas, entre militares e civis.

Nas últimas décadas os Estados Unidos vêm perdendo influência e mercados na guerra comercial com a China. Por isso, Trump decidiu sancionar com tarifas de importação e fazer ameaça direta de intervenção militar aos países e governos que não se submetem aos seus interesses. Isso é o que está fazendo na Venezuela.

Trump primeiro ordenou um bloqueio naval no Mar do Caribe. Bombardeou vários barcos matando mais de 70 pessoas. Sequestrou e roubou 3 buques que transportavam petróleo. Tudo isso para tentar quebrar a economia da Venezuela e colocar no poder um governo vassalo que permita às petroleiras americanas explorar o petróleo e demais riquezas do país.

No Brasil, representantes da ultradireita Bolsonaroista como o Dep. Nicolas Ferreira, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e outros capachos de Trump, comemoraram o ataque dos

Estados Unidos à Venezuela. O governo burguês de Lula por sua vez, mostrando seu caráter entreguista, permite que multinacionais petroleiras como as norte-americanas Chevron e Exxon Mobil, explore o petróleo brasileiro. Enquanto Donald Trump ataca a Venezuela, Lula declarou recentemente que ficou amigo de Donald Trump. A burguesia nacional e seus governos entreguistas são incapazes de defender a soberania nacional.

Somente a classe operária unida, por meio de suas próprias organizações, seus métodos de luta e seu programa revolucionário, pode dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofensiva imperialista.

Os Estados Unidos são responsáveis por vários golpes de Estado na América Latina e no mundo

Depois de sequestrar o presidente da Venezuela, Trump ameaçou fazer o mesmo com o presidente da Colômbia e falou que pretende anexar a Groenlândia. Em 1964, os Estados Unidos para combater o movimento operário que se levantava em greve no Brasil, financiou o golpe de Estado que derrubou o governo de João Goulart e estabeleceu a ditadura militar até 1985, prendendo, torturando e assassinando mais de 10 mil trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais explorados a defenderem de forma incondicional a Venezuela e não acreditarem na conversa fiada de que os EUA estão lutando contra o “narcotráfico” ou “defendendo a democracia”. Trump representa os interesses das petroleiras e já declarou que seu objetivo é o de transformar outra vez a América Latina em seu quintal para saquear o petróleo e seus recursos naturais. Devemos responder às ameaças e intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela e na América Latina, organizando um movimento anti-imperialista.

A tarefa colocada é a de organizar a frente única anti-imperialista, da maioria oprimida, liderada pela classe operária para

combater a burguesia nacional entreguista, expropriar e estatizar sem indenização e sob o controle operário as multinacionais e empresas privadas, expulsar o imperialismo e constituir nosso próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

O Nossa Classe chama os operários a exigirem que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para defender o programa próprio de reivindicações, expulsar o imperialismo da Venezuela e da América Latina e defender a autodeterminação das nações oprimidas.

Balanco da greve dos petroleiros

Greve Nacional dos Petroleiros demonstra disposição de luta, apesar da política colaboracionista da burocracia sindical

Durante 16 dias, entre os dias 15 e 30 de dezembro de 2025, milhares de trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobras cruzaram os braços. Sob a bandeira “Menos Acionista, Mais ACT”, os petroleiros enfrentaram a política da empresa/governo, que somente nos primeiros nove meses de 2025 distribuiu mais de R\$ 30 bilhões para acionistas privados, enquanto “ofereceu” apenas 0,5% de aumento real para quem produz toda riqueza do Sistema Petrobras e recebe o menor salário do setor petrolífero no mundo.

A militância do Partido Operário Revolucionário (POR) interveio em diversas frentes se solidarizando e trabalhando pela vitória do movimento grevista, que desde o primeiro dia teve grande adesão, especialmente nas bases operacionais (plataformas, refinarias e terminais).

No ABC Paulista, os militantes do Boletim Nossa Classe acompanharam de perto a Greve Nacional dos Petroleiros, participando de piquetes, atos, reuniões e assembleias na Recap (Refinaria de Capuava), em Mauá, no Terminal da Transpetro, em São Caetano do Sul, e no Sindipetro Unificado (Sindicato dos Petroleiros). Essa intervenção expressou a política de independência de classe, cujo aspecto central foi a defesa da unidade grevista, fundamental diante dos limites impostos pela política de conciliação com o governo burguês de frente ampla. Durante o movimento, ouvimos e explicamos a política do Nossa Classe aos grevistas. Foi distribuído o Boletim, montamos a banca de publicações e vendemos o Jornal Massas.

No dia 18 de dezembro, a greve atingiu 100% de adesão no setor administrativo da Transpetro, em São Caetano do Sul e Barueri, demonstrando o fôlego e a disposição de luta dos trabalhadores. Pela manhã, a militância do POR esteve na Recap, onde ocorria um “piquete permanente”. A direção sindical acabou convidando a militância a participar da reunião setorial marcada para as 10h, após o retorno dos trabalhadores que estavam mobilizados em São Caetano e Barueri.

O ato principal ocorreu no Terminal da Transpetro, em São Caetano do Sul, local que concentra um grande número de trabalhadores terceirizados. Os petroleiros efetivos presentes — majoritariamente do setor administrativo — estavam 100% parados. Em Barueri, ocorreu um ato com características semelhantes. As mobilizações tiveram o caráter de piquete buscando impedir a entrada dos trabalhadores nos locais de trabalho. Estiveram presentes petroleiros aposentados, militantes de outras correntes políticas, além de um representante da Direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Um aspecto central, que tem sido um problema para as greves dos trabalhadores efetivos é o grande número de terceirizados. As

direções sindicais não unificam os efetivos com os terceirizados, o que dificulta o êxito da greve, pois as empresas continuam trabalhando. Na Recap, o número de trabalhadores terceirizados é maior que o dos efetivos. Em outras regiões do país, houve terceirizados impedidos de desembarcar das plataformas, praticamente mantidos em cárcere privado. Essa divisão escancara os efeitos da precarização promovida pelas sucessivas contrarreformas, em particular, a trabalhista e a lei da terceirização.

No período da tarde, durante a reunião de balanço no Sindipetro, a direção sindical celebrou o crescimento da greve em nível nacional. De fato, houve um informe positivo sobre a ampliação da paralisação em São Caetano do Sul e Barueri, com adesão total nos setores administrativos, além do avanço do movimento em outras regiões do país. A avaliação da direção foi marcada por entusiasmo, destacando que, desde o primeiro dia, a greve apresentou boa adesão e que os petroleiros da Recap seguem majoritariamente a orientação sindical.

No entanto, o debate político revelou, mais uma vez, os limites da estratégia reformista de “apoio crítico” ao governo de frente ampla. As críticas da direção concentraram-se na Presidência da Petrobras, Magda Chambriard. Segundo afirmaram, “sabem quem



R\$5

Balanço da greve nacional dos petroleiros

Capitulação da direção da FUP impõe derrota ao movimento

Duas experiências: a greve dos petroleiros de 1995 e a de 2020

Adquirar com o distribuidor de Massas:

GREVE NACIONAL DOS PETROLEIROS

POR | Partido Operário Revolucionário

MASSAS

é o governo, que é de frente ampla”, e que, se necessário, fariam críticas ao governo burguês de Lula/Alckmin.

Na reunião estavam presentes o POR e o PCBR. Ao abrir a palavra, o diretor do sindicato — militante da Resistência/PSOL — apresentou apenas o PCBR, que se limitou a manifestar apoio à greve. Em seguida, a militância do POR fez uma saudação solidária à luta dos petroleiros e defendeu a unidade com os trabalhadores dos Correios e outros trabalhadores em greve. Ressaltou a centralidade dos petroleiros como parte estratégica da classe operária, responsáveis pela produção e distribuição de uma das principais matérias-primas do capitalismo: o petróleo. Essa luta, portanto, não pode ser travada de forma isolada.

No dia 23 de dezembro, após o indicativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP), filiada à CUT, de encerramento da greve nacional mesmo com a forte disposição de luta da categoria, o Sindipetro Unificado realizou assembleias em suas bases, a fim de enterrar a greve. Durante a assembleia da Recap, a direção sindical comunicou à militância do POR que por ser uma “assembleia delicada” não poderíamos falar, mas que a mesa se encarregava de comunicar nossa presença no movimento, o que de fato se concretizou.

Após atrasar o início da assembleia em aproximadamente duas horas, a mesa coordenadora falou por mais de uma hora em favor do indicativo da FUP. Em síntese, descreveu o percurso da Campanha Salarial de 2025, colocou que a greve foi necessária diante da intransigência da empresa e argumentou que houve uma derrota política para a Presidência da Petrobras e que a greve chegou no limite, sendo sua maior conquista a demonstração de força da categoria.

A ausência de uma linha política de oposição pesou para que os petroleiros mais conscientes pudessem se colocar pela continuidade da greve. Foram esclarecidas algumas dúvidas, entre as quais a possibilidade de, a depender do resultado da greve, nacionalmente existir mais de um ACT e, sem que ocorresse uma defesa oral da continuidade de greve, procedeu-se a votação, na qual a maioria votou pelo encerramento da greve, com apenas 4 votos pela continuidade e 2 abstenções.

Após a votação, a mesa esclareceu que a decisão dependia da consolidação dos votos junto a outras duas assembleias da base do Sindipetro e explicou que se a maioria dos presentes decidisse pelo encerramento, os petroleiros do noturno retornariam normalmente ao trabalho no mesmo dia às 19h, após um dia inteiro de atividades sindicais, o que de fato se efetivou. Essa orientação expôs a traição da direção, que se colocou pelo encerramento imediato da greve, independente do quadro nacional, curvando-se à capitulação da FUP, à intransigência da empresa, à política repressiva do judiciário e à política econômica do governo burguês de frente ampla.

Nacionalmente, apesar do desmonte provocado pela Direção da FUP, a greve dos petroleiros persistiu, inclusive em algumas bases da FUP, até o dia 30 de dezembro, quando os sindicatos aprovaram a quarta proposta da empresa, portanto uma semana após o encerramento da greve na Recap e em outras bases. Com o desmonte da greve em algumas bases, era previsível que a greve nacional não se estenderia por muito tempo, mas a extensão de uma greve no setor petroleiro por uma semana envolvendo a passagem pelo Natal e quase chegando na virada de ano, expressou a forte disposição de luta da categoria.

Destacamos abaixo dois momentos fundamentais da greve e da intervenção junto aos petroleiros da Recap.

Na segunda-feira, 22 de dezembro, ocorreu o oitavo dia da greve dos petroleiros. A faixa que os aposentados mantinham na porta da RECAP, utilizada para mostrar aos trabalhadores terceirizados que havia greve e para conversar com os petroleiros que chegavam para trabalhar e quisessem furar a paralisação, já não estava mais esticada. Mesmo assim, o piquete seguia existindo.

O piquete teve início por volta das 8h, com a presença de alguns dirigentes, estendendo-se até cerca de 9h30. Já havia um número significativo de petroleiros concentrados na entrada da refinaria. Os trabalhadores permaneciam na porta, na barraca montada pelo sindicato, método pacífico de convencimento, mantendo conversas aleatórias e aguardando os acontecimentos.

Os militantes do Boletim Nossa Classe/POR distribuíram o panfleto de apoio à greve dos petroleiros e dos Correios. Petroleiros e terceirizados pegaram o Boletim e ouviram atentamente o chamado de unificação das greves e manifestações de rua. Além da unidade, a militância defendeu a continuidade da greve.

Esse era um dia importante da greve, pois ocorria após uma negociação realizada no domingo e depois da rejeição da proposta da Petrobras pelas direções da FUP e da FNP. No entanto, já na manhã da segunda-feira, as duas federações foram chamadas novamente pela Petrobras para discutir novas propostas. Havia um clima, por parte da direção sindical na porta da Recap, de que era possível fechar um acordo.

Os militantes procuraram conversar com os petroleiros sobre a situação da greve. Alguns responderam que a greve tinha perdido força, havia um “esfriamento” por parte da direção do sindicato.

22 de dezembro

Na terça-feira, 23 de dezembro, os militantes do Boletim Nossa Classe retornaram à porta da Recap. A barraca continuava montada e a faixa na avenida indicava que havia ainda a greve. No local, estavam presentes alguns petroleiros e a direção do sindicato, que se preparavam para a assembleia geral no sindicato.

O clima já era diferente, refletindo a mudança ocorrida na tarde da segunda-feira, quando a FUP se reuniu com o governo, aceitou a proposta e indicou aos sindicatos filiados a aceitação da proposta e a suspensão da greve.

Questionada, a direção sindical afirmou que aguardaria a assembleia para verificar o posicionamento da categoria, mas a orientação central já era a defesa do acordo e da suspensão da greve, tanto que desmontaram a barraca antes da decisão da assembleia, portanto, um sinal de que não voltariam. Entre os trabalhadores, o sentimento era de apreensão. Por parte de alguns petroleiros havia um questionamento se as outras regiões aceitariam o acordo de suspensão da greve, uma dúvida que infelizmente não se expressou no decorrer da assembleia.

Assembleia de Mauá – 23 de dezembro

Durante a assembleia de Mauá, ficou evidente que a direção do sindicato já conduzia o processo para o fim da greve. Embora se apresentasse como “neutra”, sua posição estava alinhada à orientação da FUP de suspender a greve.

Por cerca de duas horas, a direção defendeu os chamados avanços por parte da Petrobras. Sem uma oposição combativa e classista, a maioria dos petroleiros votou pela suspensão da greve.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



■ O fim da greve dos petroleiros no Ceará

No dia 26 de dezembro, ocorreu a assembleia do Sindicato dos Petroleiros da Seção Ceará/Piauí, com a participação de 51 petroleiros, para avaliar o momento da greve. Como esperado, a direção sindical, ligada à FUP/CUT, seguiu a deliberação nacional e pôs fim ao movimento.

Os argumentos usados pelo Sindipetro para encerrar a paralisação foram três: 1) a determinação judicial de multa de R\$ 50 mil/dia ao sindicato, em caso de continuidade da greve; 2) a bonificação das faltas durante o período de paralisação, apresentada como conquista pela diretoria uma vez que não prejudicaria a carreira dos trabalhadores; 3) a proposta de reajuste salarial no valor do IPCA acrescido de 0,5% de ganho real.

O Partido Operário Revolucionário (POR) esteve presente na assembleia e distribuiu seu Boletim Nossa Classe, em apoio à categoria e em defesa da unidade de petroleiros e trabalhadores dos Correios.

A suspensão da greve enfraqueceu imediatamente a luta dos petroleiros no RJ, que ficaram ainda mais isolados. A sua continuidade e ampliação seria fundamental para garantir a vitória do movimento, enfrentando a intransigência do governo Lula/Alckmin, responsável por uma política de arrocho salarial e pelo avanço do processo de privatização da Petrobras e dos Correios. A mais importante lição desta luta é a da necessidade de formar uma fração revolucionária nos sindicatos, que impulse a batalha pelas reivindicações gerais e imediatas dos trabalhadores.

Greve dos Trabalhadores dos Correios

Somente por meio da greve é possível defender os empregos e salários e combater a privatização

Abaixo os acordos traidores negociados pela burocracia sindical e o TST

Depois de duas semanas em greve, demonstrando disposição de luta, os trabalhadores dos Correios conquistaram reajuste de 5,1% nos salários retroativo a 1º de agosto e a manutenção de itens de acordos coletivos de trabalho anteriores — como adicional de 70% nas férias, 250% para trabalho em fins de semana e feriados.

A greve dos trabalhadores dos Correios se chocou frontalmente com a política de arrocho salarial e precarização das condições de trabalho do governo burguês de Lula. No entanto, trata-se de um acordo rebaixado e limitado, negociado pelas burocracias sindicais governistas no âmbito da justiça burguesa, que serve aos patrões e capitalistas.

O lado muito perverso desse acordo é que a estatal, que se encontra em vias de desmonte para sua privatização, apresentou um plano chamado de “reestruturação”, que prevê a demissão de 15 mil trabalhadores e o fechamento de mil unidades dos Correios, a venda de imóveis, corte de R\$ 700 milhões do plano de saúde, num descarado ataque aos empregos e às condições de vida dos trabalhadores em geral. Outro ponto que ataca os trabalhadores é que o TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou o desconto em folha dos dias de greve a serem descontados dos salários em 3 meses.

Nenhuma intervenção da justiça burguesa na luta de classes entre os trabalhadores e a patronal. Os trabalhadores são quem devem determinar em suas assembleias democráticas qual proposta aceitar e quando terminar a greve.

Diante do Plano de Demissão de 15 mil trabalhadores dos Correios anunciado pelo governo e o plano de privatização que traz também a terceirização e a contratação de trabalhadores terceirizados com salários rebaixados e piores condições de trabalho, o Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores dos Correios a exigirem que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, aprovar a greve geral para combater as demissões, a privatização e defender o programa próprio de reivindicações. Defender um salário mínimo vital (para o mês de novembro segundo o DIEESE é de R\$ 7.076,00), a escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução salarial) e a estabilidade no emprego.

Defender a unificação da luta dos trabalhadores dos Correios e demais trabalhadores com os métodos próprios da classe operária que são a greve, ocupação das fábricas, manifestações e bloqueios. Unificar a luta da classe operária e demais trabalhadores de todos os países.

O Boletim Nossa Classe defende a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização. Fim da Escala 6x1. Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários! Pela reestatização das estatais privatizadas, sem indenização e sob o controle operário. Colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa!

■ Denúncias de operários | Resposta do Boletim Nossa Classe

Em dezembro, durante a distribuição do Boletim Nossa Classe no Polo São Lourenço, constatamos que havia vários operários novos. Foi perguntado aos trabalhadores que recebiam o Boletim sobre essas novas contratações. Alguns disseram que se deve aos baixos salários. E que os operários com mais tempo de casa acabam saindo, em busca de salários melhores. Outros, afirmaram que o patrão demite os que recebem um pouco mais e contrata com salários menores.

Quando da distribuição do Boletim na Prometeon no ABC, antiga Pirelli, os operários disseram que os terceirizados não conseguem permanecer mais que 6 meses, porque trabalham muito tempo em situação insalubre e o piso salarial não chega a 2 salários mínimos. Ainda mais, recebem a metade da PLR. E que nas empresas terceirizadas o vai e vem dos trabalhadores é grande.

Essas denúncias dos operários só vêm a comprovar o quanto os capitalistas exploram a força de trabalho, impondo jornadas estafantes, baixos salários, precarizando as condições e utilizando da rotatividade. Os militantes do Boletim Nossa Classe aproveitaram para explicar que os operários têm uma resposta a essa situação, que passa pela organização desde as fábricas para a lutar pelo fim da contrarreforma trabalhista, a lei da terceirização e para impor um piso salarial que corresponda às necessidades de uma família trabalhadora, ou seja, um salário mínimo vital. Para isso, é preciso exigir que o sindicato convoque as assembleias democráticas e aprove o caminho da luta coletiva.

Distribuição do Boletim Nossa Classe no ABC

Construir as oposições sindicais democráticas

No mês de dezembro, durante as panfletagens do Boletim Nossa Classe nas portas da Volkswagen (São Bernardo) e da GM (São Caetano), assistimos a uma ação inusitada: a súbita aparição das cúpulas da CUT e da Força Sindical. Aqueles que passaram a maior parte do ano encastelados em seus gabinetes, longe do chão de fábrica, decidiram "dar as caras".

A reação dos dirigentes revela o incômodo com uma voz que não se curva ao governismo e à política de conciliação de classes. Na Volkswagen, a tentativa de silenciamento foi direta: um dirigente solicitou o desligamento da caixa de som, propondo uma "paz política" baseada na paralisia. O argumento de "não atrapalhar o trabalho" da oposição, desde que não sejam questionados, é a velha tática de manter os trabalhadores da fábrica sob controle absoluto, evitando o debate de ideias e a crítica necessária.

Já na GM, a tentativa de "marcar território" distribuindo boletins simultaneamente ao Nossa Classe mostra que a burocracia se sente desafiada pela constância de uma militância porista.

A política das burocracias tem sido a de conter o descontenta-

mento dos operários para garantir a estabilidade do governo e os lucros das montadoras. Enquanto o custo de vida sobe e os direitos são negociados em salas fechadas, a CUT e a Força Sindical atuam como correias de transmissão das empresas dentro do movimento operário. Sabemos que essa burocracia não irá "acordar" para a realidade por vontade própria. Eles escolheram o lado da mesa de negociação que favorece os patrões.

Para a militância do Boletim Nossa Classe, defensora de um sindicalismo classista, o sindicato deve ser um instrumento de guerra contra o capital, e não um apêndice do Estado ou da diretoria das empresas. O monopólio da fala, os métodos de silenciar e evitar o debate político só servem aos patrões.

Os sindicatos não podem ser braços do governismo que mantêm as contrarreformas antipopulares. É importante que os operários mais conscientes se organizem em cada setor, a fim de construir uma oposição antiburocrática, que devolva o poder às assembleias e à base, de forma democrática e soberana. Aos pelegos que tentam silenciar a classe operária, é preciso responder com mais organização e independência de classe.

Formação política do Nossa Classe

As eleições burguesas desviam a luta de classes e se chocam com a luta pela emancipação dos trabalhadores

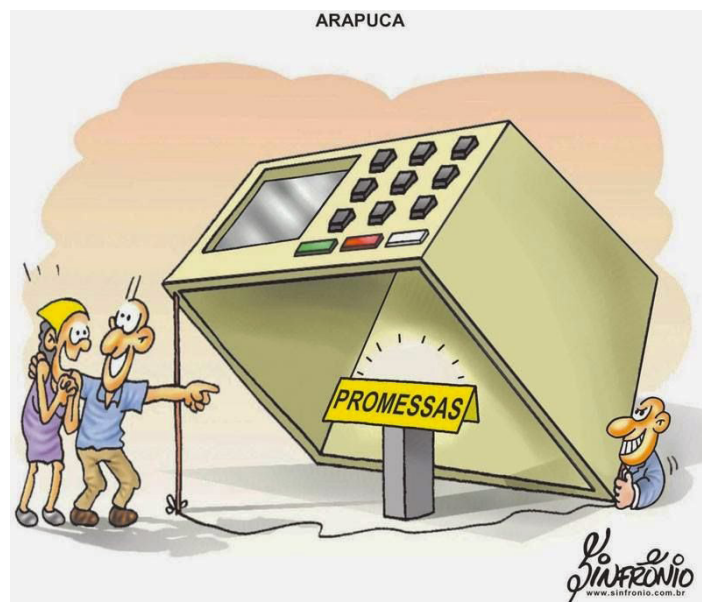
"O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios da burguesia." (Marx e Engels)

O Estado não é um ente neutro. Em sua essência é um instrumento de dominação de classe. Suas estruturas de poder — como o Parlamento, o Judiciário e as Forças Armadas — são expressões históricas dessa dominação. As eleições burguesas, dominadas por quem possui poder econômico e político, jamais expressam a genuína "vontade popular", e sim a correlação de forças permitida dentro dos limites impostos pela burguesia. O poder real não reside na urna, mas no capital financeiro, no controle da economia e no aparato repressivo estatal. Por isso, é uma ilusão acreditar que o processo eleitoral, por si só, pode melhorar a vida da maioria oprimida e conduzir à superação do capitalismo.

O marxismo rejeita a tese de que basta ter "origem sindical" ou uma "trajetória de luta" para defender os interesses da classe operária dentro dessas instituições. A máquina do Estado burguês foi desenhada com um propósito único: proteger a propriedade privada dos meios de produção, assegurar o pagamento da dívida pública e blindar os lucros dos capitalistas nacionais e internacionais.

A história mostrou que dirigentes sindicais que são eleitos para o parlamento acabam absorvidos pela lógica da "governabilidade", se corrompem, transformam-se em defensores do "possível" e passam a combater a luta de classes. O resultado é desastroso: em vez de fortalecer e defender a luta independente da classe operária para colocar fim ao Estado burguês e ao sistema de exploração capitalista, esse caminho desarma politicamente as bases. Greves são contidas em nome da "responsabilidade institucional" e recuos históricos são justificados sob o pretexto de que a correlação de forças é desfavorável.

A força social da classe operária está na sua própria organização, na capacidade de paralisar a produção e a circulação de mercadorias, afetando a economia e obrigando os patrões seus governos a atender as reivindicações das massas exploradas. A eleição



de políticos supostamente comprometidos com os explorados não altera a essência do Estado burguês. Basta ver que diversas contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária, são sistematicamente impostas pelos governantes e parlamentares.

A tarefa central do movimento operário não é eleger representantes para o parlamento burguês, mas a de expulsar a burocracia sindical traidora e construir direções classistas e revolucionárias para resgatar os sindicatos para a luta de classes e, principalmente, construir nosso próprio partido, operário revolucionário, que tem como estratégia a expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição do governo operário e camponês.

São Paulo - ABC

GECO discutiu as lições da greve dos operários terceirizados da BYD

No dia 17 de dezembro, o Grupo de Estudos da Cultura Operária (GECO) se reuniu na Livraria da UFABC, para discutir as lições da greve dos operários terceirizados da construção civil da fábrica da BYD. O estudo ocorreu a partir da leitura coletiva da nota “Lições da greve dos operários terceirizados da construção civil da fábrica da BYD”, publicada no Jornal Massas 754.

Abaixo destacamos os principais pontos.

A greve na BYD ocorreu pela confluência da insatisfação dos terceirizados em relação às condições de trabalho degradantes com a agitação em defesa da paralisação/greve pelo fim da escala 6x1, que permitiu aos operários verem um caminho para a luta. Isso mostra a importância da agitação proletária nas portas das fábricas. O levante se deu em torno de reivindicações elementares, como não ter atraso nos pagamentos e cumprimento da Convenção Coletiva. O sindicato da categoria não incentivou o movimento grevista e quando compareceu foi para rejeitá-lo, demonstrando o quanto a direção sindical está distante dos reais problemas da base. Esse fenômeno é bastante comum em greves de terceirizados, a exemplo da paralisação dos vigilantes na UFABC e dos operários da construção civil na UFRN.

Na greve da BYD, a empresa chegou a se reunir com representantes do movimento grevista, reconhecendo a força da greve. Ficou posta a questão da liderança ou representação do movimento,

pois em uma greve as reivindicações precisam ser expostas por alguém. Sem o apoio do sindicato oficial, emerge a questão de como preservar e sustentar a liderança. Geralmente esse lugar é ocupado por algum membro da CIPA, que legalmente possui estabilidade no emprego. O fundamental é que o movimento seja sustentado pela força coletiva dos operários em luta e que os trabalhadores defendam o emprego da liderança como se fosse o seu próprio emprego, entrando em greve em caso de demissão.

Ressaltou-se a necessidade de recuperar os sindicatos para a luta de classes. Apesar de a greve ocorrer de forma independente do sindicato oficial, não se pode negligenciar a importância do sindicato. O sindicato é um instrumento de luta e organização dos explorados e a direção sindical fala em nome dos trabalhadores, por isso uma direção burocrática deve ser varrida. No caso da greve da BYD, tentou-se criar um sindicato paralelo, mas, apesar da adesão massiva dos operários, essa iniciativa é um desvio da luta geral para recuperar os sindicatos das mãos das burocracias, que depende da constituição das oposições sindicais classistas.

Por fim, destacou-se que o papel da direção sindical é justamente impulsionar a luta de classes, mas, tragicamente, hoje a maioria das direções sindicais estão corrompidas e submetidas à política burguesa. Está aí a importância da vanguarda com consciência de classe se colocar por recuperar os sindicatos, o que implica o combate à burocratização.

Lula decreta a continuidade do salário mínimo de fome

A partir de 1º de janeiro de 2026, o salário mínimo nacional passou a ser de R\$ 1.621,00. O salário mínimo foi de R\$ 1.518,00 para R\$ 1.621,00, portanto, sofreu um reajuste de 6,79%. Segundo o governo burguês de Lula-Alckmin, trata-se da política de “valorização permanente do salário mínimo”, retomada em 2023.

A nota do Dieese traz a explicação da correção do salário mínimo. Diz que o reajuste de 6,79% é fruto da inflação medida pelo INPC no período de 1 ano (4,18%), somada ao índice de crescimento do país no ano anterior (2,5%). Justifica que, ainda que o PIB do Brasil tenha sido de 3,6%, o valor máximo estipulado pelo governo para efeito da correção é de 2,5%. Além de justificar o valor miserável do salário mínimo, diz que, ainda que seja insuficiente para as famílias trabalhadoras, conseguirá injetar R\$ 81,7 bilhões na economia em 2026, “aumentando assim o consumo interno e a atividade econômica”. Como se vê, o Dieese se tornou um instrumento de defesa da política burguesa do governo Lula.

O fundamental está em que pelos próprios cálculos do Dieese, o salário mínimo, em novembro, deveria ser de R\$ 7.067,18, para manter uma família de quatro pessoas. Portanto, o valor estipulado por Lula de R\$ 1.621,00 significa 23% do valor necessário para uma família sobreviver.

O Boletim Nossa Classe denuncia a farsa da “valorização do salário mínimo” do governo Lula. Denuncia, também, a colaboração das direções sindicais que ficaram caladas diante de um salário de fome. Mostra que são milhões de trabalhadores e aposentados que dependem unicamente do salário mínimo. E chama a vanguarda com consciência de classe a defender um programa próprio de reivindicações dos explorados, que tem como centro a luta pelo salário mínimo vital, pelos empregos e fim das contrarreformas. Programa esse que só pode ser conquistado por meio da unidade dos trabalhadores e da luta de classes.



Cálculo

Em novembro de 2025,
o **salário mínimo necessário**
para manutenção de uma família
de quatro pessoas deveria
equivaler a **R\$ 7.067,18**



São Paulo - ABC

Lutar pelo salário mínimo vital é o que os operários necessitam

A CREDABC (Cooperativa de Crédito dos Metalúrgicos do ABC) apresenta-se como uma alternativa "solidária" e de "juros baixos" para a categoria. Ocorre que o cooperativismo de crédito dentro do marco capitalista não rompe com a lógica da exploração. O modelo cooperativista atua como um "curativo" na hemorrhagia provocada pelo piso salarial de fome e arrocho salarial. O trabalhador recorre à cooperativa (consignado) para sanar dívidas geradas pela insuficiência de seu próprio salário, alimentando o ciclo de dependência financeira.

O sindicato, que deveria organizar sua base na luta por um salário mínimo vital, contribui com o sistema financeiro e perpetua a lógica de exploração. A decomposição do capitalismo se manifesta na tentativa da burguesia de integrar as organizações operárias ao sistema financeiro.

Ao vincular a vida financeira do metalúrgico a uma instituição que, embora dita "dos trabalhadores", opera sob as normas do Banco Central (Estado burguês), cria-se uma fachada de harmonia social. O parasitismo se expressa no fato de que o rendimento da

"poupança cooperativa" e os juros do crédito (mesmo que menores) continuam sendo extrações do valor produzido no chão de fábrica, agora mediadas por uma burocracia cooperativista.

A CREDABC, apesar de oferecer alívio imediato aos metalúrgicos do ABC através de taxas menores, permanece presa à estrutura de parasitismo financeiro. Ela atua na "gestão da miséria" produzida pela decomposição capitalista. A tarefa não é gerir o crédito de forma "mais justa" dentro do capitalismo, mas lutar pela expropriação do sistema financeiro para que o capital acumulado pelo trabalho retorne integralmente à classe produtora, sem a intermediação de mecanismos de dívida.

O programa de reivindicações dos trabalhadores tem em sua base a defesa do salário mínimo vital, da escala móvel de horas de trabalho, para que todos tenham emprego e fim das contrarreformas que condenam milhões à miséria. Portanto, se choca com a política da burocracia sindical, que cria instrumentos para submeter os operários endividados, como é o caso da CREDABC.

Piso Nacional do Magistério: previsão de míseros 0,37% de reajuste

Que o Congresso da CNTE aprove o real valor do Piso

Até o momento, o Ministério da Educação (MEC) ainda não publicou o índice de reajuste no Piso Nacional do Magistério. Caso a portaria não seja publicada, a legislação prevê que o reajuste pode ocorrer automaticamente com base na diferença dos valores de 2024 e 2025 dos VAAFs- Mins - índice relacionado ao financiamento do Fundeb em cada ano. Como o VAAF-MIN de 2025 caiu para R\$ 5.669,79 na consolidação final, o crescimento em relação a 2024 é de 0,37%. Este índice representa um acréscimo de R\$ 18,01 ao Piso Nacional de R\$ 4.867,77 vigente.

Em diferentes regiões do país, professores relatam situações em que o Piso não é respeitado, seja por limitações orçamentárias ou interpretações "divergentes" dos governos sobre como aplicar o reajuste no plano de carreira local. Em SP, este problema também ocorre. O governador, Tarcísio de Freitas, paga para os professores efetivos e estáveis a diferença do piso estadual para o nacional, na forma de gratificação ou complemento de piso. Tarcísio e demais governadores, assim, se negam a incidir o reajuste do piso sobre os quinquênios, sexta-parte etc.

Por outro lado, as direções sindicais não atuam para que haja um movimento nacional em defesa de um Piso de acordo com as necessidades da família trabalhadora, que segundo o Dieese deveria ser R\$ 7.067,18 (dados de novembro). Acabam aceitando um valor rebaixado e na forma de complemento do piso.

A fantasma Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) diz que lutará para reverter esta política de não reposição de inflação. Explica que em 2021 não houve reajuste; em 2024, foi de 3,62%, valor abaixo da inflação. Justificou que o MEC realocou recursos do Fundeb para financiar as matrículas em tempo integral sem acrescentar novos valores ao financiamento da educação. Mas tudo não passa de palavreado de burocratas.

O fundamental está em rechaçar a política da direção da CNTE. O seu Congresso, que se realiza em meados de janeiro, tem a tarefa de aprovar um Piso Nacional do Magistério condizente com as reais necessidades dos trabalhadores da educação. E combater os Congressos que servem unicamente para sustentar a governabilidade de Lula e a sua reeleição.

**NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:**

Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada - em última instância - pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Corrente Proletária na Educação – funcionários de escolas

Rejeitar as contratações temporárias de funcionários de escolas

Defender a efetivação dos contratados e terceirizados

O governador Tarcísio de Freitas vem gradativamente impondo a reforma administrativa no estado de São Paulo. Entre as medidas de terceirização e privatização, se encontra a contratação temporária de Agentes de Organização Escolar.

Enquanto a direção da Afuse ficou correndo atrás do governo em torno à discussão do Plano de Carreira, se recusando a convocar a assembleia geral e mobilizar os trabalhadores da educação, Tarcísio e o Secretário da Educação ficaram de mãos livres para continuar com o desmonte dos funcionários de escolas.

Assim, mal começou o ano, no dia 5 de janeiro, a Secretaria da Educação lançou o “Banco de Talentos”, para contratação de Agentes de Organização Escolar por um ano, com salário miserável de R\$ 1.804,00 e alguns penduricalhos, como auxílio transporte, auxílio alimentação e ALE (caso a escola tenha). Informou que os funcionários que estão com contratos temporários ativos poderão fazer a inscrição, porque será criado um banco de reserva. Isso porque após o encerramento do contrato temporário, o funcionário terá de permanecer 200 dias sem poder retornar à condição de Agente Escolar. Eis aí a brutal rotatividade no emprego. Em vez de efetivar os funcionários de escola, o governador avança com os

contratos temporários, conforme determina a reforma administrativa.

Por outro lado, a burocracia petista que controla a Afuse se mantém distante das reais necessidades dos trabalhadores da educação. São porta-vozes do governo burguês de Lula e estão de joelhos diante do governador privatista. Os funcionários de escolas, apesar de uma parcela estar descrente com a direção do sindicato, precisam retomar o caminho da luta coletiva. Os militantes da Corrente Proletária estão fazendo a campanha junto às escolas para que o sindicato convoque uma assembleia, precedida de reuniões com os funcionários nas escolas. Uma assembleia unitária, envolvendo os temporários e os terceirizados.

A Corrente Proletária, também, exige que a CNTE, que fará seu Congresso nesse mês de janeiro, da qual faz parte a Afuse, aprove a luta nacional contra a reforma administrativa e as demais contrarreformas, que inclui a terceirização. A reivindicação de efetivação dos terceirizados e dos temporários deve ser aprovada. Rechaça que o Congresso da CNTE sirva de instrumento para a reeleição de Lula. O Congresso tem de estar voltado à organização da luta geral dos trabalhadores da educação.

Rondônia

Professores rejeitam os descontos abusivos

Na assembleia de 18 de novembro de 2025, foi firmado um acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero) e o prefeito Leo Moraes do Podemos, que previa o pagamento do retroativo do Piso Nacional.

A direção do Sintero e o prefeito acertaram para que fossem pagos apenas dois meses do ano de 2024 e cinco meses e quatro dias do mês de junho de 2025, deixando para trás os 36 meses dos anos de 2020, 2021 e 2023, que já tinham sido judicializados.

Ao sair o contracheque de dezembro, com descontos abusivos do retroativo do Piso, que chegaram a 60% do valor a ser pago, os professores descontentes, passaram por cima das direções conciliadoras e se colocaram pela cobrança do piso salarial surrupiado integralmente dos anos que ficaram para trás e parte dos anos de 2024 e de 2025. E também reivindicaram o direito ao rateio do saldo anual dos recursos do FUNDEB, que é pago em vários municípios do país, inclusive do estado de Rondônia.

Como se organizou esse movimento? Essa parcela dos professores descontentes é formada por filiados dos três sindicatos (Sintero, Sinprof e Sindeprof) e por professores que se agregaram ao movimento, sem nenhuma filiação sindical. Entre essa parcela, há um grupo que se colocou pela desfiliação do Sintero e filiação ao Sinprof.

Inicialmente, o movimento comparecia rejeitando a orientação dos sindicatos e dos politiquieiros. Mas, no decorrer da organização da luta, um vereador que se reivindica de oposição ao prefeito tomou a frente, com o chamado apoio logístico – água, refrigerante e carro de som –, que prontamente foi aceito por esses professores. O movimento, que se dizia independente dos sindicatos, foi além. Procurou o advogado, Samuel, filiado a REDE, que foi candidato a prefeito de Porto Velho na eleição passada, para ingressar com uma ação dos professores não filiados para obter o ressarcimento dos descontos indevidos no pagamento do retroativo do Piso.

Diante dessa situação, o Sintero lançou uma “nota” para a prefeitura no dia 28 de dezembro, que fala sobre o pedido de reanálise dos descontos indevidos.

A primeira manifestação aconteceu no Parque da Cidade, onde o prefeito premiou estudantes da rede municipal com entregas de bicicletas. Estava presente apenas a liderança do movimento. O prefeito desdenhou perguntando pela representação do movimento e reafirmou que já tinha negociado com a representação dos professores.

A militância da Corrente Proletária da Educação/POR vem acompanhando o percurso desse movimento e tem atuado no sentido de chamar atenção para a unidade da luta dos explorados. Combateu a política de desfiliação do sindicato. Rejeitou a conduta do movimento de se acercar de politiquieiros. E ressaltou a importância de construir uma oposição classista e independente de governos, para combater a política conciliadora das direções sindicais.

LANÇAMENTO

R\$5**Adquira com o distribuidor do jornal Massas:**

XXVIII Congresso da Apeoesp
Educação pública sob ataques dos governos



Lições e Tarefas do Movimento dos Professores



Ceará

Abaixo a avaliação da SEDUC-CE imposta aos professores com contrato temporário!

A Instrução Normativa nº 005/2025 da SEDUC impõe uma avaliação draconiana e autoritária aos professores com contrato temporário, entregando aos núcleos gestores um instrumento de controle e perseguição. Tal mecanismo extrapola qualquer parâmetro educacional e se converte, na prática, em uma ferramenta de controle político sobre o trabalho docente.

Os resultados dessa avaliação foram notoriamente espúrios e escabrosos em diversas unidades escolares. Os casos mais graves ocorreram na EEMTI Raimundo Coelho de Bezerra de Farias, vinculada à CREDE 18, no município do Crato, e na EEFM Michelson Nobre da Silva, da SEFOR 3, em Fortaleza, onde vários professores foram reprovados por não atingirem a nota mínima de 5,9. Esse dado evidencia o caráter punitivo da avaliação, utilizada como instrumento de exclusão de docentes e de aprofundamento da precarização do trabalho, colocando o professor em uma condição de quase semidesemprego.

Essa avaliação se configura como um mecanismo de perseguição política aos professores e professoras que não se submetem cegamente às imposições da SEDUC, das CREDES e dos núcleos gestores. Ao mesmo tempo, expressa de forma concreta a aplicação indireta da Reforma Administrativa implementada pelo governo Elmano de Freitas (PT) no estado do Ceará, cujo objetivo é flexibilizar direitos, fragilizar a estabilidade e ampliar o poder discricionário das gestões sobre os trabalhadores da educação. Nesse sentido,

é emblemática a recente demissão do professor Rafael Campos, ocorrida no ano passado, ainda durante o estágio probatório, revelando o avanço dessa política de ataque aos direitos docentes.

A categoria do magistério tem de colocar um freio na política da secretária de Educação, Eliana Nunes Estrela, de aprofundamento da institucionalização do assédio moral e das perseguições políticas. O exemplo da professora Maria Elly Krishna dos Santos Pereira, da EEEP Professor Moreira de Sousa, em Juazeiro do Norte, mostrou que é perfeitamente possível retirar uma gestora assediadora do cargo, com organização e luta.

No âmbito da campanha salarial de 2026, o Sindicato APEOC(PCdoB, PT/PSOL) não apresentou nenhuma proposta que se contrapusesse à Instrução Normativa nº 005/2025. Diante dessa omissão, a Corrente Proletária na Educação (CPE) posicionou-se contrariamente a essa avaliação durante sua intervenção na assembleia realizada na sede do sindicato. Contudo, a direção sindical recusou-se a encaminhar a proposta para votação, evidenciando o bloqueio à luta efetiva contra mais esse ataque à categoria.

Diante dessa situação, é necessário pôr fim à perseguição política e à avaliação imposta aos professores temporários por meio da ação direta: manifestações nas CREDES e na SEDUC, atos de rua e passeatas. A CPE defende a efetivação de todos os professores temporários como forma de combater a precarização do trabalho docente.

Plenária Nacional da FASUBRA demonstra a política procrastinatória da burocracia sindical em relação à organização da luta sindical

Realizada virtualmente nos dias 19 e 20 de dezembro de 2025, a Plenária Nacional da FASUBRA foi mais um exercício antidemocrático imposto pelas telas dos computadores. Mais uma vez, o formato online serviu como blindagem para a burocracia. Longe do calor e da pressão real das bases, a direção majoritária utilizou a atomização e o distanciamento digital para manipular o debate, silenciar as divergências e conduzir a plenária para um desfecho que interessa a própria burocracia sindical e não aos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs).

Inicialmente convocada para organizar o XXV CONFASUBRA, a pauta e a data desta Plenária foi ampliada em função da apresentação do Projeto de Lei (PL) 6.170/2025 em 03/12/2025, um marco do descumprimento do Termo de Acordo da Greve (TAG) de 2024 por parte do governo Lula/Alckmin. A pauta original, definida na Plenária presencial de novembro, foi completamente esvaziada. Com apenas informes protocolares, a direção demonstrou seu desinteresse em armar politicamente a categoria para o próximo período. Sem discussão e deliberação pela Plenária, a atual Direção Nacional da Fasubra acabou impondo o adiamento do XXV CONFASUBRA e, conseqüentemente, a prorrogação do seu mandato.

A Corrente Proletária/POR (CPE) expressou sua discordância com a prorrogação do XXV CONFASUBRA (previsto para maio de 2026) e do mandato da atual DN, defendendo que se houvesse adiamento, que fosse no máximo para julho de 2026, em função de questões logísticas ligadas à operacionalização do Congresso.

Não se pode desconhecer o profundo ataque representado pelo PL 6.170/2025 enviado pelo governo Lula/Alckmin ao Congresso

Nacional. Ao impor a exclusão dos aposentados e critérios inalcançáveis e excludentes para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), o PL rasgou definitivamente o compromisso com o RSC, um dos principais fatores utilizados para o encerramento da Greve Nacional dos TAEs em 2024. Contudo, o tempo da Plenária foi quase que integralmente sequestrado por esta pauta e, ainda assim, a Plenária não definiu uma data para o início da greve nacional, cuja principal pauta é o cumprimento integral do TAG.

Diante do PL que inflamou a categoria e dos demais ataques em curso, diversas delegações, entre as quais a da CPE/POR, expressando a revolta da base, defenderam a aprovação imediata do indicativo de greve nacional, a ser referendado pelas assembleias. Contudo, a direção majoritária, atuando como bombeiros da luta social, manobrou para impedir essa votação. Jogou a responsabilidade para uma "próxima plenária", numa clara tática procrastinatória para esfriar os ânimos e dar tempo ao Congresso e governo. A Plenária inicialmente convocada para 28/02 e 01/03 ocorrerá nos dias 24 e 25 de janeiro e, até lá, as bases devem opinar sobre a data de início da greve em 02/02/2026 ou 23/02/2026.

Ao se recusar a dar uma orientação clara e combativa, jogando a definição do indicativo de greve para as assembleias de base de forma desorganizada, a majoritária fomenta a dispersão. Abre-se o flanco para decisões controversas, calendários desencontrados e o isolamento das lutas, enfraquecendo a possibilidade de um golpe único contra a burguesia e suas instituições.

Rondônia

Para que serviu o XX CONTRASEF?

Nos dias 17, 18 e 19 de dezembro, o Sindsef/RO, realizou o XX Congresso dos Trabalhadores Federais do Estado de Rondônia (CONTRASEF). A chamada de assembleia para escolha de delegados se deu de modo tímido, apenas pelo WhatsApp, na véspera e em final de semana.

Uma das regionais tirou dois delegados, cujo comparecimento constou na ata a assinatura de apenas três pessoas, que sequer foi possível eleger suplentes. O desinteresse por debates em torno à situação política e às questões referentes aos servidores federais são deixadas para segundo plano. O fato de não ocorrer encontros de formação política e assembleias sistemáticas, uma parcela de trabalhadores se distancia do sindicato.

O Congresso era para 150 delegados, mas o edital já indicou que 87 vagas já estariam concentradas nas mãos dos componentes da direção, que são delegados natos. Significa dizer, que somente a burocracia sindical abarcou mais de 50% das vagas. São condutas que reforçam o descrédito da base nas direções sindicais.

No primeiro dia, somente o corpo diretivo participou. A pauta que orientou o Congresso era desconhecida da base. Não havia caderno de textos. Não houve nas regionais as reuniões de pré-congresso para discussão das propostas e eleição de delegados.

Portanto, tratou de um Congresso que nasceu morto.

A pauta versou sobre análise de conjuntura, plano de lutas e escolha da comissão de ética. Tudo foi feito para indicar o dirigente da entidade, Almir José (PDT), para deputado federal e a escolha da ex-dirigente do Sintero, Lionilda Simão (PT) para deputada estadual.

Tratou-se, portanto, de um Congresso para preparar o terreno para as eleições de 2026. As intervenções dos burocratas visavam tão somente alimentar as ilusões no parlamento. Ou seja, eleger deputados. Nada teve a ver com a necessidade de organizar os servidores para responder com luta as contrarreformas, entre elas a administrativa.

A militância da Corrente Proletária da Educação/POR interveio no Congresso denunciando a política das direções de obter a maioria dos delegados, criticando o eleitoralismo e defendendo a retomada dos sindicatos para a luta de classes. E assinalando a importância de erguer um Congresso classista, com a divulgação das resoluções que serão discutidas, com delegados eleitos na base e que aponte para um plano de lutas em defesa das reivindicações dos trabalhadores dos serviços federais.



Damos sequência à exposição da Plataforma Programática aprovada no IV Congresso de 9 e 10 de julho de 1994. No jornal Massas 752, transcrevemos as principais formulações sobre o caráter do Programa de Transição nas condições da crise mundial do capitalismo e do processo de restauração capitalista na ex-URSS. No Massas 753, expusemos os pontos: “3. Brasil, país semicolonial”; “4. A Independência Nacional”; “5. Revolução Agrária”; “6. A Unidade Nacional”. No jornal Massas 754, editamos: “7. Desconhecimento da dívida externa e defesa do estatismo”, “8. Expropriação dos monopólios industriais e financeiros”, “9. A estratégia da ditadura do proletariado” e “10. Governo Operário e Camponês”. Agora, exporemos o “11. Controle Operário da Produção” e o “12. Defesa da vida das massas”.

“11. Controle Operário da Produção”

“A putrefação do capitalismo monopolista, com as crises de superprodução e a anarquia de mercado, e sua tendência a destruir forças produtivas, coloca a necessidade da luta pelo controle operário da produção. O mesmo diz respeito ao sucateamento das indústrias estatais e sua entrega ao capital imperialista”. [...]

“Não se trata do controle de uma ou outra fábrica falida, mas de toda a economia. A luta pelo controle operário e quebra dos segredos de uma fábrica em particular deve ser um ponto de partida para se estender a ramos inteiros e à totalidade da economia”. (...)

“O trabalho concreto pelo controle operário se dá em torno da formação dos comitês de fábrica, de trustes e ramos inteiros, eleitos diretamente pelas bases e centralizados. A organização de comitês agrários pela ocupação e expropriação dos latifúndios devem formar uma rede organizativa dos explorados com os comitês de fábrica. A unidade operária e camponesa é fundamental para impor o controle da produção pelos explorados”.

“12. Defesa da vida das massas”

“A concentração de capital tem em contrapartida a expansão da miséria. Essa é uma lei de funcionamento econômico do capitalismo. A produção é social, mas a apropriação do produto do trabalho coletivo é privada. O resultado, no Brasil, é a existência de 39 milhões vivendo abaixo da pobreza absoluta, enquanto que os 10% mais ricos detêm mais de 50% da renda nacional. A pobreza é mais ampla ainda, atingindo cerca de 100 milhões se seres”. [...]

“A luta revolucionária pela destruição do capitalismo começa pela defesa da vida dos explorados. Consiste em mobilizá-los sistematicamente, por meio de suas necessidades, no sentido da revolução proletária. A defesa da vida dos trabalhadores é uma alavanca para o proletariado encabeçar a luta da maioria e dirigi-la à tomada do poder”. [...]

“As necessidades mais elementares dos assalariados e camponeses se chocam com o capitalismo em decadência. As centenas de greves isoladas mostram que cotidianamente os oprimidos se lançam em defesa da vida, apesar da burocratização

dos sindicatos. Ao mesmo tempo mostram que os capitalistas e o governo não podem atender suas reivindicações. Pelo contrário, os planos neoliberais têm esmagado os salários e destruído empregos. Estão descartadas reformas populares”. [...]

“Os vendidos à burguesia argumentam que a revolução proletária é inviável, mas a combatem bloqueando a ação direta das massas impulsionadas pelas necessidades vitais. Opostamente, o método do Programa de Transição da IV Internacional, herdado da experiência internacional do proletariado, demonstra que a viabilidade do programa socialista está em ajudar as massas

a se mobilizarem a fundo pelas reivindicações vitais, de forma que possam encontrar sua ligação com a tarefa de destruição do capitalismo”. [...]

“Pontos fundamentais do programa de reivindicações: 1) salário mínimo vital; 2) escala móvel de salários e das horas de trabalho; 3) habitação, saúde e educação a todos; 4) contra toda forma de opressão e discriminação social”.

Observação: no próximo jornal Massas continuaremos a exposição.

Nesta edição:

CERQUI - Outra vez o terrorismo dos EUA sobre o nosso continente; **Carta Aberta** - Pela constituição imediata da frente única anti-imperialista; **Intervenção nos atos pela Venezuela;** **Bolívia:** Mineiros bolivianos pisoteiam a bandeira norte-americana em protesto; Declaração da Brigada Sindical Revolucionária (BSR); Viva a luta do povo contra o maldito decreto 5503!; A subvenção não se toca!;
Argentina: Javier Milei celebrou a intervenção militar dos EUA; Apoio à Bolívia;
Posição das esquerdas sobre a Venezuela; Venezuela refém dos EUA;
Chile: Editorial;
33 da liquidação da URSS: Terceiro Congresso de Toda a Rússia dos Soviéticos de Deputados Operários, Soldados e Camponeses; Conclusão.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Outra vez o terrorismo dos EUA sobre o nosso continente

Fora EUA da Venezuela e da América Latina!

Defender incondicionalmente nosso país irmão! Respondamos imediatamente a esse ataque. Restituição imediata do presidente Maduro!

Fora seus bancos, suas multinacionais, suas bases militares. Expulsar suas embaixadas. Detenhamos seu avanço colonial. Organizemos a luta anti-imperialista em todo o continente. O petróleo da Venezuela é dos Venezuelanos!

3 de janeiro de 2025

Trata-se de uma ação de guerra mais grave nas Américas. Os Estados Unidos intervieram diretamente no território da Venezuela e sequestraram o presidente Maduro e sua esposa. Bloquearam o país por ar e mar, bloquearam-no economicamente e, agora, dão um passo ainda mais grave com uma intervenção aberta em seu território.

Desde setembro, o imperialismo norte-americano tem deslocado todo o seu poderio naval para o Caribe, destruído numerosas embarcações e matado dezenas de pessoas em nome do combate ao narcotráfico, sem detê-las, sem mostrar a droga que supostamente transportavam. Em ato de prepotência confiscou vários navios petroleiros. O combate ao narcotráfico é a desculpa; é sabido que o objetivo é apoderar-se da maior reserva de petróleo do mundo. Os Estados Unidos buscam colocar o povo da

Venezuela de joelhos para discipliná-lo, enviando uma mensagem clara aos povos sobre até onde estão dispostos a chegar. Já tentaram anteriormente com a tentativa de golpe fracassado contra Chávez, e com numerosas tentativas de sabotagem da infraestrutura do País.

Os EUA são responsáveis pelos golpes militares, pelas ditaduras, por todos os massacres em nossos países. São aqueles que nos endividam e saqueiam nossos recursos, colonizam o sistema judicial e os meios de comunicação, intervêm nos processos eleitorais para apoiar e impor seus candidatos. Os EUA atuam como o “gendarme” do mundo, querendo recuperar seu papel, agravando a guerra comercial que se transforma em bélica. Exigem que todos os recursos - os minerais, o petróleo e os mares, pertençam aos norte-americanos.

É fundamental a resposta do povo venezuelano, com sua classe operária à frente, com seus próprios métodos de luta, defendendo seu país frente a prepotência imperialista. Todos os partidos, os sindicatos e centrais sindicais, todas as organizações que se reivindicam anti-imperialistas devem mobilizar-se imediatamente, tomar todas as medidas para expulsar o imperialismo de nosso continente e exigir que os Estados Unidos devolvam Maduro e sua esposa e que retirem suas forças armadas, que cessem as agressões militares e os bloqueios econômicos.

Não bastam declarações e denúncias; é necessário tomar medidas de ação direta, imediatamente, em autodefesa. Os governos de nossos países ou apoiam abertamente o atentado terrorista dos EUA, como Milei na Argentina, ou ficam paralisados e impotentes. A classe operária, que não tem nenhum compromisso nem amarra com o grande capital, com a grande propriedade, deve liderar a construção da frente única anti-imperialista em cada país, para que lute de forma consequente em defesa da soberania nacional e da autodeterminação dos povos oprimidos.

Carta Aberta aos sindicatos, movimentos e correntes políticas que se posicionam contra a invasão militar da Venezuela e sequestro do presidente Nicolás Maduro pelos Estados Unidos

Pela constituição imediata da frente única anti-imperialista

6 de janeiro de 2025

A previsível ação bélica dos Estados Unidos à Venezuela com o objetivo de derrubar o governo chefiado por Nicolás Maduro se consumou no dia 3 de janeiro. Dentre as forças políticas que condenaram a prepotente intervenção ordenada por Trump, muitas, talvez a maioria, não tiveram em seus cálculos ou fecharam os olhos a essa possibilidade.

O cerco montado pelo imperialismo no mar do Caribe, desde agosto de 2025 e ampliado nos meses seguintes, com a presença marcante do porta-aviões USS Gerald Ford, evidenciou o objetivo de derrubar o regime nacionalista chavista. É necessário destacar que uma parte significativa das esquerdas se mostrou aquém da tarefa de organizar um movimento anti-imperialista contra a “Operação Resolução Absoluta” e ao objetivo explícito da Casa Branca de fulminar o governo da Venezuela.

O bombardeio de embarcações no Caribe e mais de cem mortos sob a justificativa de combater o “narcoterrorismo” e, em seguida, o bloqueio a navios petroleiros foram sinais inconfundíveis de que o imenso aparato militar estabelecido na região preparava a invasão da Venezuela. As correntes e organizações sindicais, que se dizem defensoras da soberania das nações oprimidas, tiveram diante de seus olhos as operações militares e a arregimentação política de governos que se alinham aos Estados Unidos, o que viria a ser a “Operação Resolução Absoluta”, na madrugada de 3 de janeiro.

É certo que houve muitos protestos verbais, mas pouquíssimas ações voltadas a mobilizar os explorados e pôr em pé a frente única anti-imperialista.

Os governos burgueses latino-americanos se dividiram entre o apoio a Trump e os que se negaram a colaborar com a “Operação Resolução Absoluta”. A maioria que sucumbiu às pressões dos Estados Unidos expressa a política da direita e ultradireita francamente pró-imperialista e serviçal. A minoria que se abrigou sob as bandeiras da não-intervenção de um Estado sobre outro, do respeito ao direito internacional, das soluções diplomáticas e da preservação do multilateralismo se mostrou incapaz de reagir apoiando-se em mobilizações anti-imperialistas.

Os Estados Unidos montaram o cerco nas condições do mais completo isolamento da Venezuela. Uma vez estabelecido o controle absoluto do mar do Caribe, puderam invadir o país, bombardear posições de defesa em Caracas, matar mais de 80 militares, entre eles 32 cubanos, penetrar no bunker onde o presidente Maduro se protegia e sequestrá-lo sem que houvesse um só soldado norte-americano morto.

A prepotente ação dos Estados Unidos - que pisoteou a soberania da Venezuela, que desconheceu o ordenamento

internacional burguês e que não deu a mínima aos apelos de governos pelo caminho da paz na América Latina e no mundo - demonstrou o estágio avançado de decomposição do capitalismo.

Trump pôs às claras o quanto os Estados Unidos estão com as mãos livres para atacar países sem condições mínimas de defesa, como é o caso flagrante da Venezuela. Mais ainda, o quanto têm as mãos livres para desfraldar a doutrina Monroe, impor alinhamentos a países quebrados economicamente, arrastar governos dependentes, bloquear o mar do Caribe e atemorizar o continente latino-americano como um todo.

A presente ofensiva dos Estados Unidos e a aplicação da política de derrubar governos que não se submetem aos seus ditames têm antecedentes conhecidíssimos, que expressaram e expressam a doutrina Monroe. E, portanto, tal dominação de todo o continente foi imposta historicamente e mantida pelas armas e pela diretriz política de submissão dos países semicoloniais e oprimidos.



BOLETIM CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Versão em Português
Nº 42 | DEZEMBRO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

(11) 9 5446-2020
massas.por
massas.org
por@pormassas.org

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português | Nº 42 | dezembro de 2025

Agrava-se a crise mundial
Resolução do CERQUI sobre a América Latina
Estados Unidos ameaçam derrubar o governo chavista de Nicolás Maduro
Defesa incondicional da Venezuela
Organizar a frente única anti-imperialista
Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Os Estados Unidos se tornaram a maior potência, sobrepujando a Inglaterra, valendo-se das guerras, da partilha do mundo e dos saques. A hegemonia alcançada na Segunda Guerra Mundial se chocou com a sobrevivência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com as conquistas revolucionárias da classe operária no Leste Europeu. A Guerra Fria se desenvolveu nas condições de reconstrução e subordinação da Europa e Japão. A OTAN foi concebida e estruturada como instrumento da hegemonia norte-americana, voltada a recuperar o terreno conquistado pela Revolução Russa e edificação da URSS.

Na América Latina, a Guerra Fria se desenvolveu contra a Revolução Cubana, os movimentos burgueses e pequeno-burgueses nacionalistas e os governos que se colocavam pela defesa da soberania nacional. A derrocada da URSS foi a maior vitória do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial. Acontecimento de transcendência histórica que serviu à consolidação da hegemonia dos Estados Unidos.

É nesse marco que o imperialismo norte-americano incentivou e impulsionou o processo de restauração capitalista na China. A potenciação da economia chinesa sobre a base da economia de mercado passou a colidir com a vasta dominação econômica dos Estados Unidos, que, como tal, se havia estabelecido em todos os continentes. A guerra comercial é um fenômeno fundamentalmente do capitalismo da época imperialista. Abriga em suas entranhas as tendências bélicas e as guerras de dominação.

A crise econômica de 2008-2009 teve a particularidade em relação as anteriores do pós-guerra de expor as contradições da economia norte-americana no epicentro do processo de desintegração do capitalismo mundial. O desabamento de uma parcela de capital parasitário combinou com a necessidade da maior potência acirrar a guerra comercial e escudar-se com o protecionismo imperial. No centro desse movimento econômico e militar, emergiu a confrontação dos Estados Unidos com a China. Era questão de tempo para que a guerra comercial se ampliasse e tomasse a forma de embates em nível continental.

A intervenção na Venezuela corresponde a uma ofensiva dos Estados Unidos na América Latina, para disciplinar e limitar a penetração econômica da China no continente, rico em fontes de matérias-primas. O imperialismo norte-americano não poderia conviver com a nacionalização da maior reserva mundial de petróleo imposta pelo governo de Hugo Chávez em 1º de maio de 2007.

O governo bolivariano foi tratado como ditadura fundamentalmente por ter realizado expropriações e nacionalizações que atingiram capitalistas internacionais e nacionais. Seria considerado democrático se respeitasse o domínio imperialista e cumprisse a função de servir ao saque da nação oprimida.

Os Estados Unidos impuseram brutais sanções econômicas à Venezuela, principalmente voltadas a impedir o desenvolvimento nacional da extração e refino de petróleo. Sistemáticamente, justificaram suas ações violentas contra a Venezuela e potenciaram uma oposição pró-imperialista, dita democrática, sob a bandeira de acabar com a ditadura chavista.

O imperialismo norte-americano fracassou em inúmeras tentativas de derrubar os governos de Chávez e Maduro. Somente

agora nas condições de elevada guerra comercial, de escalada bélica e de profunda crise econômica e social em que a Venezuela foi mergulhada, os Estados Unidos conseguem desfechar o mais duro golpe contra o governo nacionalista, sequestrando o presidente da República Bolivariana.

A derrocada do nacionalismo burguês e os retrocessos do movimento revolucionário das massas oprimidas facultaram e facultam aos Estados Unidos continuarem impondo sua diretriz de subordinação da América Latina a seus interesses e a sua hegemonia. O nacionalismo burguês se encontra esgotado historicamente, ainda que sobreviva politicamente, e incapacitado de recorrer à mobilização da maioria oprimida. Não há outra via de defender a Venezuela a não ser pelos meios da luta de classes. O proletariado, portanto, tem pela frente a tarefa de combater a ofensiva ditatorial da política da burguesia norte-americana e do seu governo Trump.

Cabe à classe operária venezuelana reagir constituindo uma frente única anti-imperialista, sob seu programa e sua direção. Combater pela soberania da nação oprimida sob a orientação e com o método revolucionário de expropriação do grande capital e realização da mais completa nacionalização das fontes de matérias-primas e da indústria, ou seja, dos meios de produção. É nesse terreno que se ergue a bandeira de fim da intervenção dos Estados Unidos e recondução de Nicolás Maduro ao posto de presidente. Essa orientação proletária deve ser encarnada pelos destacamentos mais avançados da luta anti-imperialista na América Latina.

O governo bolivariano foi tratado como ditadura fundamentalmente por ter realizado expropriações e nacionalizações que atingiram capitalistas internacionais e nacionais. Seria considerado democrático se respeitasse o domínio imperialista e cumprisse a função de servir ao saque da nação oprimida.

Esta Carta tem por objetivo chamar os sindicatos, movimentos e correntes políticas a constituírem uma frente única anti-imperialista claramente voltada a combater a dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina, defender incondicionalmente a Venezuela, lutar pela libertação imediata do presidente Maduro e sua companheira Cilia Flores, apurar a matança de venezuelanos e cubanos, exigir que os países que condenaram a invasão apoiem militarmente a resistência venezuelana e pôr fim ao cerco militar no mar do Caribe.

Lutemos para derrotar o cerco imperialista à Venezuela!

Pela libertação imediata do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro!

Organizar a frente única anti-imperialista pela autodeterminação e soberania das nações oprimidas!

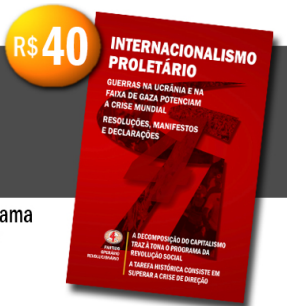
LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Intervenção do Partido Operário Revolucionário nos atos contra a ação militar dos Estados Unidos na Venezuela

São Paulo

Ato contra a intervenção militar dos Estados Unidos e sequestro do presidente Maduro

No dia 3 de janeiro, foram estampados em todos os meios de comunicação a “captura” de Nicolás Maduro pelas Forças Armadas dos EUA a mando de Trump. A invasão da Venezuela já vinha sendo prenunciada pelos bombardeios estadunidenses a embarcações, sob o pretexto de combate ao “narcoterrorismo”, e navios petroleiros estavam sendo bloqueados na região.

A invasão e o sequestro de Maduro foram mais um passo do imperialismo norte-americano no sentido de submeter o país e tomar o controle do petróleo venezuelano – interesse que ele mesmo deixou claro em suas declarações. A imprensa burguesa qualificou a ação de “captura”, minimizando o atentado contra a Venezuela, apesar de fazer críticas à forma da ação ordenada por Trump. As declarações da ONU e de alguns chefes de Estado que criticaram a ação deixaram claro que nenhuma medida concreta, nenhuma retaliação, seria feita à maior potência imperialista.

Nesse mesmo dia, a CSP-Conlutas fez um importante chamado para se realizar uma manifestação em solidariedade ao povo venezuelano na Avenida Paulista. O POR atendeu prontamente ao chamado, comparecendo com suas bandeiras, distribuindo a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) contra o atentado dos EUA, divulgando o Boletim do CERQUI nº 42, onde consta uma Resolução sobre a América Latina - também publicada no Jornal Massas 754, na qual já analisava os ataques dos EUA e a possibilidade da escalada militar.

O POR defende incondicionalmente a Venezuela diante do ataque imperialista. As correntes que nesse momento procuram fazer ressalvas à política de Maduro, como PSTU, MRT e outras que estiveram presentes na manifestação, prestam indiretamente um serviço à burguesia, que procura justificar a ação dos EUA, enfatizando que se tratava de um governo ditatorial. Todos sabem muito bem que não é disso que se trata, que os EUA apoiam ditadores desde que estejam sob seus interesses políticos e econômicos. Trata-se, na verdade, da guerra comercial dos EUA contra a China e a necessidade do imperialismo avançar ainda mais sua dominação sobre os países semicoloniais, para ter o controle das fontes de matérias-primas e combater a influência chinesa sobre a América Latina.

Pronunciamento do POR

Sou do Partido Operário Revolucionário, que faz parte do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) e viemos aqui expressar nossa posição contra o ataque dos Estados Unidos à Venezuela.

Estamos assistindo um discurso da burguesia e dos Estados Unidos através do Trump que diz que se trata de um combate ao “narcoterrorismo”. Sabemos que os Estados Unidos já vinham há algum tempo cercando militarmente a Venezuela, atacando embarcações e sequestrando navios de petróleo. Já havia dito que pretendia sequestrar o Maduro, para que fosse julgado pelas Cortes norte-americanas.

Eis aí por que é necessário convocar manifestações de protesto contra a ação do imperialismo. E se colocar por constituir uma frente única anti-imperialista. Há pouco vimos o ataque dos Estados Unidos ao Brasil com o Tarifaço. Vimos toda a questão da soberania nacional sendo discutida aqui. E então o Trump, que estava nos atacando, depois foi lá fazer as pazes com o Lula e dizer que estava tudo bem. Vimos nesse processo quem é que de fato faz a defesa da nação oprimida e quem é que não faz. Vimos que é preciso que a classe operária e os demais explorados se levantem e organizem uma frente única anti-imperialista. Porque é só essa classe que tem possibilidade de fazer uma luta em defesa da soberania do Brasil e da Venezuela.

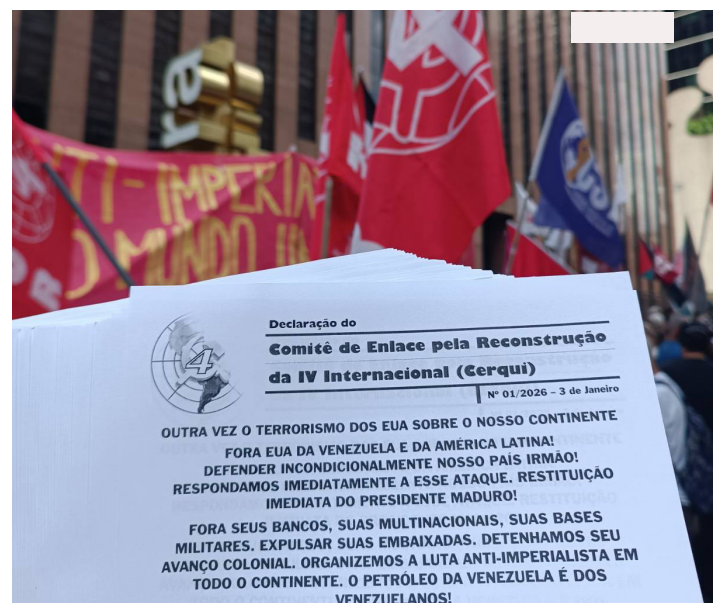
As tendências bélicas avançam em todo o mundo. Os companheiros estavam levantando uma palavra de ordem aqui que mostra que não é só o problema de agora. A palavra de ordem era: “Fora ianques da América Latina, fora Israel das terras palestinas”. Isso mostra que na verdade essa luta é uma luta internacional, não é uma luta só nossa contra os Estados Unidos. As tendências bélicas avançam no mundo inteiro. Então é preciso dizer:

Fora Estados Unidos, fora Trump da Venezuela! Fora Estados Unidos da América Latina! Em defesa da soberania do povo venezuelano!

Quem tem de decidir quem governa o país ou não são os venezuelanos, não são os Estados Unidos, não é o imperialismo. É preciso levantar nas fábricas, nos demais locais de trabalho e nos bairros os comitês de luta em defesa dessa frente única anti-imperialista.

Vamos erguer essa luta para que na segunda-feira, quando já temos um novo ato marcado, consigamos fazer uma manifestação ainda maior para rechaçar essa intervenção na Venezuela e defender de fato a autodeterminação das nações oprimidas.

Viva a luta, camaradas!



Rio Grande do Sul

Ato contra agressão norte-americana à Venezuela em Porto Alegre teve cenas de repressão e expressou as divergências das correntes de esquerda



Diante da intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela, ocorreram dois atos em Porto Alegre nos dias 4 e 5 de janeiro, convocados por setores do movimento sindical e político.

No domingo (04/01), as direções do Andes e da Assufgrs convocaram um ato no Parque da Redenção. O ato foi inexpressivo, reuniu poucos militantes e contou com a presença de vereadores e parlamentares do PSOL e do PT.

Na segunda-feira (05/01), ocorreu um novo ato em frente ao consulado dos Estados Unidos. Este teve maior participação, reunindo coletivos, organizações políticas, sindicatos e independentes. Houve espaço para falas, porém estavam inaudíveis, já que os coletivos de juventude do PT, PCdoB e PSOL monopolizaram o ato com tambores e gritarias, defendendo o regime venezuelano e caracterizando-o como um modelo de socialismo a ser alcançado por toda a América Latina. Essa atuação dos governistas teve a intenção de silenciar as demais correntes políticas presentes, no que tiveram sucesso.

O caráter da manifestação mudou um pouco quando um grupo que se reivindica anarquista (FAG) entrou em confronto de forma isolada com a tropa de choque da Brigada Militar. Isso provocou o avanço dos militares sobre os manifestantes, resultando na detenção de dois militantes da FAG, levados para o batalhão da PM, e outra militante teve o braço quebrado. Após a repressão, parte do ato se dispersou, incluindo setores como UJS, Juntos e Levante. Foi nesse momento que se constatou que as demais correntes estavam proferindo falas no local, quando o ruído ensurdecedor dos oportunistas se dissipou na pressa de fugir do ataque da polícia.

As falas que puderam ser ouvidas, no geral, se direcionaram a repetir a condenação da invasão imperialista, mas chamou atenção como PSTU, MRT, CST e coletivos colaterais dessas organizações estavam preocupados em demonstrar que não são coniventes com o regime venezuelano, apesar de condenarem, “por princípio”, a ingerência imperialista. Diante dessa nova ofensiva dos EUA sobre os povos das nações oprimidas, dessa vez da própria América Latina, os morenistas têm mais uma oportunidade de mostrar o seu deplorável posicionamento de Nem-Nem, e não falham. Tal política em nada contribui para a organização da luta anti-imperialista, serve somente para a projeção eleitoral dos morenistas, que têm necessidade de se diferenciar de outros

partidos e agrupamentos de esquerda, embora a ausência de um programa os coloca no campo do reformismo.

O POR participou deste ato com a distribuição do Manifesto em que expõe o avanço do imperialismo estadunidense sobre a América Latina como produto da escalada bélica própria do capitalismo em decomposição que só nos tem a oferecer guerras, miséria e opressão, enquanto a única resposta possível é a resposta do proletariado, apoiado na maioria oprimida dos países semicoloniais, ou seja, a revolução proletária. Por isso, também estendemos uma faixa no ato propagando a construção de uma frente única anti-imperialista.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) Fora Estados Unidos da Venezuela e da América Latina!

A intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela, consumada em 3 de janeiro de 2026 com o sequestro do presidente Nicolás Maduro, o bloqueio aéreo e naval do país e a ocupação de pontos centrais de seu território, constitui o mais grave ato de agressão imperialista na América Latina desde o fim das ditaduras militares do século XX. Trata-se de uma ação de guerra aberta, que rompe qualquer disfarce diplomático e recoloca a região sob a lógica da doutrina Monroe, reafirmando o continente como quintal do imperialismo norte-americano.

O pretexto utilizado pelo governo Trump, o combate ao narcotráfico e ao chamado “narcoterrorismo”, não passa de uma farsa. A droga que abastece o maior mercado consumidor do mundo não tem origem na Venezuela, mas em outros países historicamente integrados às rotas do narcotráfico sob a complacência, quando não a participação direta, de aparelhos estatais associados aos próprios Estados Unidos. A criminalização seletiva do governo venezuelano cumpre apenas a função de construir uma justificativa ideológica para a agressão militar e para o controle direto de um território-chave no continente.

O verdadeiro objetivo da ofensiva é econômico. A Venezuela concentra cerca de 17% das reservas mundiais de petróleo, além de recursos minerais fundamentais para a disputa entre os Estados Unidos e a China. Em um contexto de guerra comercial que se converte aceleradamente em confronto militar, o imperialismo norte-americano busca recompor sua hegemonia regional por meio da militarização, do cerco econômico e da derrubada de governos que escapam à sua tutela direta. A intervenção visa reconfigurar a indústria petrolífera venezuelana sob controle estadunidense, assegurar lucros às multinacionais, impor um recado disciplinador aos povos latino-americanos para se afastarem da influência da China.

Também não se trata de restaurar a democracia nem de legitimar processos eleitorais. Os Estados Unidos não reconhecem a legitimidade de Nicolás Maduro, mas tampouco apostam na oposição como demonstrou a rejeição a Guaidó, Maria Corina Machado ou Edmundo González. O objetivo real é impor o que chamaram de uma “transição adequada e cuidadosa” sob ocupação imperialista, ou seja, impor um governo fantoche disposto a administrar o país sob tutela externa, desmontar conquistas sociais e entregar seus recursos ao capital imperialista.

No plano internacional, a União Europeia limita-se a expressar reservas formais à operação, sem qualquer defesa da soberania

venezuelana, enquanto a China denuncia a agressão e exige a libertação imediata de Maduro. O alinhamento automático de governos como os da Argentina, Paraguai, Equador e El Salvador à política de Trump expõe o papel das burguesias locais como intermediárias do imperialismo. No Brasil e no México, apesar de declarações contrárias à intervenção, predomina a inação. No Brasil essa paralisia está ligada à aposta no multilateralismo, defendido pelo governo como alternativa à confrontação direta, mas que na prática se revela um mecanismo de adaptação à ordem imperialista, incapaz de barrar agressões ou de defender a soberania regional.

A ofensiva contra a Venezuela não é um episódio isolado. Ela se articula com o cerco militar ao Caribe, com a ameaça de ocupação do Panamá, com a instalação de centros “antiterroristas” na tríplice fronteira e com a tentativa de subordinar o Brasil por meio da guerra comercial, com a chantagem econômica das tarifas, e do apoio à extrema direita. A militarização do continente acompanha a disputa por matérias-primas e deixa evidente que não há espaço para neutralidade, nem para diplomacia, em um cenário de desintegração acelerada do capitalismo mundial e avanço das tendências bélicas.

Diante dessa agressão fica evidente que as burguesias nacionais latino-americanas são incapazes de defender a soberania de seus próprios países. A tarefa histórica de enfrentar o imperialismo está

nas mãos da classe operária e da maioria oprimida, depende de retomarem os métodos da luta de classes. A defesa incondicional da Venezuela está vinculada ao direito dos povos à autodeterminação frente a dominação imperialista.

Os partidos, sindicatos, centrais sindicais e organizações populares que se reivindicam anti-imperialistas devem trabalhar para organizar a frente única anti-imperialista, capaz de barrar o avanço militar norte-americano, expulsar suas bases, romper com os mecanismos de saque e enfrentar a burguesia interna submissa ao capital internacional!

A restituição imediata de Nicolás Maduro, a retirada das tropas norte-americanas, o fim do bloqueio econômico e a defesa do petróleo venezuelano como patrimônio de seu povo são bandeiras inseparáveis da luta mais geral pela emancipação da América Latina. Cada passo dado pelo imperialismo contra a Venezuela prepara novas imposições ao conjunto do continente. Enfrentar a opressão imperialista é uma necessidade histórica. Fora Estados Unidos da Venezuela e da América Latina! A única via consequente para defender a soberania nacional das nações oprimidas é a da luta organizada dos explorados por um governo operário e camponês que imponha a ditadura do proletariado. Para isso é imprescindível a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Rondônia

Ato em Porto Velho sob a bandeira da soberania da Venezuela

No dia 05 de janeiro, aconteceu o ato “Fora Trump da Venezuela e da América Latina pela Soberania da Venezuela!”, convocado por sindicatos, particularmente da educação, e partidos políticos que se reivindicam da soberania das nações oprimidas. Como ocorreu dois dias após a invasão, a convocação foi muito pequena.

Os manifestantes se concentraram no “Espaço alternativo”, local frequentado pela pequena burguesia para fazer caminhadas e outros exercícios. Apesar do pouco número de militantes, o protesto incomodou os transeuntes da ultradireita, que desfecharam provocações com palavras e gestos agressivos de xingamentos.

A Corrente Proletária/POR interveio por meio da distribuição do Manifesto nacional e da fala. Expressou, assim, a linha do partido de constituição da frente única anti-imperialista e da defesa incondicional da Venezuela.

É imprescindível que os sindicatos, movimentos e partidos organizem novas manifestações contra o intervencionismo dos Estados Unidos, o cerco militar no mar do Caribe e pela liberdade imediata do presidente Nicolás Maduro e sua companheira Cilia Flores.



R\$5

Fundamentos e princípios
do marxismo-leninismo-trotskismo

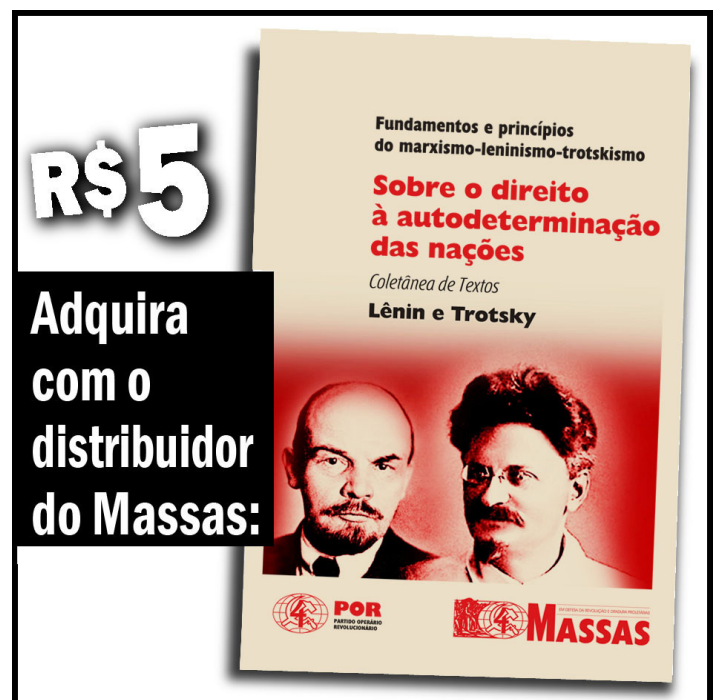
**O socialismo
e a guerra**

Coletânea de Textos
Lênin

**Adquira
com o
distribuidor
do Massas:**

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



R\$5

Fundamentos e princípios
do marxismo-leninismo-trotskismo

**Sobre o direito
à autodeterminação
das nações**

Coletânea de Textos
Lênin e Trotsky

**Adquira
com o
distribuidor
do Massas:**

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Mineiros bolivianos pisoteiam a bandeira norte-americana em protesto contra a agressão à Venezuela

Durante a Marcha nacional contra o gasolinação em 5 de janeiro de 2026, registrou-se a indignação dos mineiros bolivianos pela agressão norte-americana contra Venezuela. Na imagem, se pode ver a raiva com que os operários pisoteiam a bandeira ianque - ódio genuíno da classe operária ao opressor de todos os povos.

Os trabalhadores e a juventude oprimida da América Latina há muito abrigam um sentimento anti-imperialista, anti-ianque, pois, na história de suas repúblicas, foram agredidas, ocupadas, atropeladas e suportaram ditaduras horrendas, patrocinadas pelos norte-americanos. E, embora no presente estejamos convivendo com uma onda fascizante, que defende abertamente a submissão dos nossos países ao império decadente, a postura anti-imperialista aflora de tempo em tempo, pois o seu fundamento é a realidade da opressão nacional, uma base material que, no caso da atual agressão à Venezuela, lembra a todos não apenas o passado de opressão como a perspectiva de sermos o próximo a ser agredido.



Declaração da Brigada Sindical Revolucionária (BSR)

Desde a Marcha Nacional da COB

Condenamos a agressão imperialista à Venezuela

Tiremos as mãos do imperialismo ianque da América Latina

Defesa do povo venezuelano

Desde nosso posto de combate, anunciamos uma dura luta contra o servilismo do palhaço Rodrigo Paz, que pretende entregar Bolívia ao imperialismo ianque com um decreto maldito

Diante da agressão militar dos EUA com a prisão de Maduro e a pretensão anunciada por Trump de assumir o governo venezuelano, o proletariado revolucionário boliviano declara:

1. Condenamos furiosamente a intervenção militar ianque na Venezuela e o esmagamento da soberania daquele país. De forma alguma, o motivo é a luta contra o narcotráfico nem o terrorismo, um pretexto muito bem usado para encobrir o verdadeiro propósito do governo dos Estados Unidos, que não é outro senão apropriar-se das maiores reservas de petróleo pesado do mundo, que estão sob o solo venezuelano (Orinoco). Como Trump já havia indicado antes, as gigantes empresas americanas de energia já estão preparadas para tomar posse dessas reservas.
2. Essa ação militar se soma a todas as outras medidas aplicadas pelo governo dos EUA para tomar controle total da América Latina, considerada seu “quintal traseiro”. É em meio à guerra comercial com a China que os EUA querem apossar-se de nossos recursos naturais, mercados abertos e mão de obra barata; dessa forma, também pretende consolidar sua hegemonia política e militar na região apoiando-se nos governos fantoches de direita.
3. Rejeitamos a declaração oficial do governo boliviano que beija a mão do mestre opressor e jura obediência a ele para demonstrar seu servilismo incondicional a Donald Trump. Comportamento rasteiro característico de todos os governos da classe dominante boliviana, que, ao longo de sua história, submeteu o país aos interesses do capital financeiro internacional

4. Hoje, em meio a uma greve por tempo indeterminado, estamos em luta contra o entreguista e esfomeador decreto supremo 5503 do governo empresarial, que também pretende alienar os bolivianos de seus recursos naturais e privatizar as empresas públicas produtivas para o benefício direto dos novos investimentos norte-americanos e europeus que estão prestes a chegar ao país.
5. Nós, trabalhadores bolivianos, desde a Marcha Nacional “BOLÍVIA NÃO ESTÁ À VENDA”, convocamos todos os trabalhadores da América Latina e Venezuela a realizarem uma luta conjunta para derrotar o inimigo de classe e expulsar o imperialismo norte-americano do continente.
6. Pôr em pé a Frente Única Anti-imperialista em a América Latina.

Rodovia Oruro - La Paz, 3 de janeiro de 2026
PARTIDO OPEÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Javier Milei celebrou a intervenção militar dos EUA, uma referência para a extrema-direita latino-americana. É coerente com sua política de total submissão colonial

Numa demonstração de servilismo e prostração diante do amo americano, ele se apresenta como “mais papista que o Papa.” É difícil encontrar no mundo expressões de apoio tão explícito ao ato criminoso dos Estados Unidos. Se apressou em destacar que deveria assumir Edmundo González Urrutia, a quem definiu como “o verdadeiro presidente”. No comunicado divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Governo destacou “a liderança de Maria Corina Machado”. Horas depois, Trump relativizou sua figura descrevendo-a como “uma mulher muito agradável, mas sem o respeito necessário para ser uma líder”, deixando Milei pedalando no ar, sem saber como recuar diante do seu mestre. Deveria ter esclarecido que apoiará qualquer medida tomada pelo governo dos EUA. Lembremos o papelão protagonizado por Milei, algumas semanas atrás, ao tentar tirar uma foto com María Corina Machado na cerimônia do Prêmio Nobel da Paz em Oslo, tendo que voltar novamente de mãos vazias.

Ele apoiou o sequestro de Maduro, que definiu como “a queda do regime de um ditador”, gritando “A liberdade avança. Viva a liberdade, caralho”, quando Trump confirmou o bombardeio de Caracas. Sempre atacou a Venezuela e seguiu a linha dos EUA de não reconhecer as eleições e desconhecer o governo Maduro, que considerava ilegítimo, seguindo a orientação do imperialismo norte-americano e europeu.

A mensagem de Milei foi acompanhada por um vídeo da última Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, na qual o presidente argentino elogiou “a pressão dos Estados Unidos para libertar o povo venezuelano”. É uma mentira absoluta que haja qualquer pretensão de democratizar a Venezuela, o objetivo é acabar com um governo que não se disciplina completamente às ordens imperiais, saquear seus recursos, impedir que a China continue comprando seu petróleo. É pura hipocrisia do governo Milei, que personifica uma ditadura civil, falar sobre liberdade e democracia. Também é mentira sua afirmação de que o povo venezuelano celebra o sequestro de Maduro. As manifestações massivas, muito radicalizadas na Venezuela, rejeitam o intervencionismo dos EUA. A preocupação de Milei com os direitos humanos na Venezuela é outra mentira, sua política é esconder os crimes da última ditadura, falsificar a história e destruir todas as evidências. Não esquecemos os crimes de González Urrutia com a CIA em El Salvador.

O Ministério das Relações Exteriores celebrou o “progresso contra o narcoterrorismo que afeta a região”, esquecendo a recente crise dos seus candidatos estelares ligadas ao tráfico de drogas (Espert, ligado a Freddy Machado e Lorena Villaverde, com um caso aberto nos EUA), esquecendo que Trump acaba de indultar o ex-presidente de Honduras Juan Orlando Hernández, condenado a 45 anos de prisão nos EUA por narcotráfico, por facilitar a entrada de centenas de toneladas de cocaína nos EUA. Milei explicou numa reportagem que “a razão mais forte pela qual os Estados Unidos estão realizando essa ação é porque Maduro é um narcoterrorista”, seguindo a linha de argumentos de Trump, que ele mesmo foi abandonando para focar na questão do petróleo. Milei dava como comprovado que Nicolás Maduro “tem como fonte de renda o tráfico de drogas do Cartel dos Sóis”, um cartel do qual não há prova de existência. Patricia Bullrich anunciou a incorporação do “Cartel dos Sóis” ao Registro Público de Entidades Terroristas.

Consequentemente, não houve reclamação contra o bloqueio econômico e naval contra a Venezuela, contra a destruição de

numerosas embarcações e a morte sumária de mais de 100 pessoas.

O Chefe do Estado-Maior, Manuel Adorni, anunciou a adoção de “novas restrições migratórias em virtude da captura do ditador Nicolás Maduro” para cidadãos venezuelanos ligados a ele. As medidas, divulgadas por meio de um comunicado do Ministério da Segurança, trazem a consigna: “A Argentina não será um refúgio para colaboradores do regime do ditador venezuelano Nicolás Maduro”. O objetivo é limitar a entrada no país de autoridades, membros das forças armadas e empresários supostamente relacionados ao governo venezuelano, é o uso da política migratória como ferramenta de perseguição e punição política. Essa decisão marca uma ruptura com a tradição migratória baseada nos princípios de hospitalidade, integração e direitos humanos, consolidados na Lei de Migração, que reconhece o direito de migrar como um direito humano e proíbe expressamente a discriminação com base na nacionalidade ou orientação política.

O governo argentino rompeu com a tradição argentina de defender a não intervenção nos assuntos internos de outros Estados e a autodeterminação dos povos. O Ministério das Relações Exteriores emitiu uma declaração completamente contrária ao direito internacional, na qual “valoriza a decisão e determinação demonstradas pelo Presidente dos Estados Unidos e seu Governo nas ações recentes adotadas na Venezuela”. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Argentina apoiou a intervenção do governo Trump na Venezuela e a captura de Nicolás Maduro. O apoio à intervenção é uma violação do direito internacional e dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas. O Governo celebrou o ataque militar terrorista, em uma ação de guerra contra nosso continente.

Milei é acompanhado pelo macrismo e pela grande maioria da grande mídia. Macri diz: “Por anos denunciei a ditadura criminosa venezuelana, da qual o governo argentino se tornou parceiro e cúmplice. Apoiei seus presidentes eleitos, denunciei fraudes e sempre estive do lado da amada María Corina Machado, a grande lutadora pela liberdade da Venezuela. Hoje celebro a prisão de Nicolás Maduro e vejo a impunidade de um ditador que se julgava eterno chegar ao fim”. A maior parte da imprensa faz referência ao “regime”, à “ditadura” de Maduro para justificar e celebrar a ação dos Estados Unidos.

Mas também a vice-presidente, Victoria Villarruel, a quem querem atribuir posições nacionalistas, em desacordo com Milei, escreveu: “Hoje a esperança renasce na Venezuela. Da escuridão o povo venezuelano ressurgirá”. Ela também está de joelhos diante da agressão imperial.

Milei expressa sem ambiguidades o submetimento colonial apoiando a intervenção militar, os bombardeios, o sequestro do presidente, o naufrágio dos barcos, o bloqueio, e que Trump se autoproclame administrador da Venezuela; é a continuidade da política que ele aplica na Argentina, onde o comando da política é do capital financeiro, que dita o que fazer, até nos menores detalhes, violando completamente a soberania nacional. É flagrante que Trump, por meio do FMI, financiou a dívida argentina com bilhões de dólares, sob a condição de que o governo Milei se alinhasse cegamente a uma guerra comercial contra a China e à intervenção na América Latina. Amarra o futuro do país ao declínio do Império, à sua agressão militarista desesperada para tentar recuperar seu papel hegemônico e restaurar a ordem

mundial exausta. Arrasta ao conjunto das expressões da burguesia. Alguns querem timidamente parecer oponentes. O peronismo se mobiliza timidamente, como a maioria dos sindicatos, a maioria evita se declarar a favor da liberdade de Maduro e de enfrentar o avassalamento dos Estados Unidos em termos anti-imperialistas.

Só a classe operária pode tirar o país dessa catástrofe política e social, com seus próprios métodos de luta, com sua própria organização, com sua política, tornando-se independente da burguesia, conquistando a maioria oprimida para formar a frente única anti-imperialista que assuma em suas mãos as tarefas democráticas, nacionais e sociais que a burguesia não conseguiu nem será capaz de resolver, conquistando o poder para si mesmo. Essa será nossa melhor solidariedade com o povo irmão da Venezuela, e com todos os povos atacados, ameaçados e ocupados

pelo imperialismo. Para acabar com seus golpes, massacres, saques, ditaduras e guerras devemos enfrentar seus armamentos, suas bases militares, seus monopólios e suas dívidas. A luta anti-imperialista deve se espalhar por todo o continente. Defendamos a Colômbia e o México, que também estão ameaçados.

A luta anti-imperialista, sob a direção ao proletariado assinala o caminho da revolução social. O enfrentamento ao cerco dos Estados Unidos contra Venezuela e a defesa da soberania nacional das nações oprimidas visa unir a classe operária latino-americana como direção da maioria nacional oprimida. A vanguarda revolucionária deve rejeitar todo e qualquer apoio ao imperialismo norte-americano por parte dos governos servis e exigir deles que condenem a invasão da Venezuela e que ajudem a nação oprimida com os meios necessários à sua autodefesa.

Venezuela refém dos EUA: a escalada imperialista ianque busca colocar de joelhos os povos de todo o mundo

Declarações e manifestos contra o ataque militar dos EEUA à Venezuela, seguido do sequestro e prisão de Maduro e Cilia Flores, se espalharam pelas páginas de vários jornais e da internet. Milhares de apelos chorosos de alguns governos foram dirigidos à ONU e aos poderes da burguesia mundial. Um jogo macabro que não consegue esconder a submissão dos governos de diferentes países ao chefe Trump.

As notícias que chegaram a nós relatam que apenas em Aráguia o povo saiu imediatamente às ruas, concentrando-se em frente à base militar contra o ataque à Venezuela.

Nenhum tiro foi ouvido das baterias antiaéreas instaladas no Forte Tiuna na capital. Tudo parece ter sido orquestrado em arranjo com pessoas e agentes ligados ao próprio governo Maduro e setores da burguesia, em conjunto com a CIA e as tropas de assalto instaladas no Caribe. Muitos comentários de imprensa se referiram a uma possível conspiração de membros do governo. Ainda está por ser apurado o porquê de tamanha facilidade como a força invasora sequestrou o presidente Maduro e sua companheira. Os fatos ocultos virão mais provavelmente à luz do dia nas condições impostas por Trump ao governo de Delcy Rodrigues, vice-presidente da República.

Dias antes da ação armada, Delcy Rodrigues esteve durante dias negociando uma saída “honrosa” com os EUA. Tratava-se de buscar salvar os negócios de um punhado de ricos ávidos pela obtenção de maiores taxas de lucro para tentar sair do atoleiro no qual estão metidos até o pescoço. Trata-se de seguir explorando os países coloniais e semicoloniais, esmagando a classe operária e demais trabalhadores com o intuito de seguir aprofundando a guerra comercial que acabará por evoluir para as guerras imperialistas da época da barbárie.

Ao consultar a página do jornal do PSUV na internet, a principal matéria não traz nada de sério em direção a apelar aos trabalhadores e camponeses, aos jovens, mulheres e pobres dos bairros, para a luta contra a invasão e sequestros. Diosdado Cabello afirma que a mulher venezuelana está cheia de coragem, valentia e dedicação e as convoca contidamente para uma mobilização pela Paz e Soberania, exigindo a imediata libertação de Cilia Flores e Nicolás Maduro. Os dirigentes maduristas, no entanto, pedem calma e comedimento.

Na página do Aporrea, o artigo de Modesto Emilio Guerrero afirma: “Um dia antes, Maduro ofereceu a Trump uma mesa de

negociação sobre drogas e terrorismo transfronteiriço para buscar uma saída pacífica. Um mês e meio antes, Delcy Rodríguez, a vice e presidenta delegada da PDVSA se hospedou por vários dias em Miami para buscar acordos sobre o conflito”. E mais adiante: “Marco Rubio está negociando com Delcy Rodríguez a transição. A vice falou com Rubio e disse que fará o que nós dizemos”.

Até onde se estenderam as negociações não sabemos. O fato concreto é que não há indícios de uma resposta direcionada à mobilização das massas frente aos ataques. É cedo para que possamos emitir um prognóstico de como se desenvolverão as lutas e quando ocorrerão. Provavelmente demandará tempo para que as massas saiam do torpor ao qual foram condicionadas pela direção nacionalista do PSUV. É preciso ter plena clareza que somente a classe operária e os demais explorados podem combater o imperialismo e impor a soberania da nação oprimida.

O autor acima citado iniciou o artigo afirmando: “Venezuela está vivendo uma derrota imposta desde fora e desde dentro, em uma combinação tão desigual como impecável para se cometer o atropelo imperial. Além disso, os helicópteros armados dos Estados Unidos sobrevoaram Caracas provocando mais dúvidas do que certezas e mais precauções que convicções. Desde as primeiras horas da madrugada, sobreveio uma sensação – difusa, mas cada vez mais evidente – nas mensagens e conversações sobre o drama venezuelano. Em cada contato, nos surpreendia a anormalidade, raridade, singularidade e o modo irregular dos fatos que culminaram no sequestro sinistro do presidente Nicolás Maduro”.

A crise de direção das organizações que dizem falar em nome dos proletários adquire proporções alarmantes. A antiga tradição conquistada e inscrita nos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, sob a orientação da Revolução Permanente e da Frente Única Anti-imperialista, foi abandonada e substituída pela linha da defesa da democracia burguesa e alianças com as diferentes burguesias, se envolvendo mais e mais na perigosa aceitação de negociações espúrias, engolindo a seco os ditames do imperialismo.

O POR e o CERQUI - seguindo as tradições e ensinamentos dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e do Programa de Transição, os quais foram desnaturados primeiro pelo estalinismo e depois pelas seitas que desintegram a IV Internacional - seguindo a luta pela reconstrução da IV Internacional, se declaram pela

constituição da Frente Única Anti-Imperialista, pela soberania e independência da Venezuela, pela libertação de Maduro e sua recondução à presidência do país. Só o povo venezuelano pode decidir por quem e como deve ser governado. A luta sob a bandeira de defesa incondicional a Venezuela e pela derrota do imperialismo faz parte do programa da revolução social. A Venezuela, para ser defendida contra a agressão imperialista, deve erguer e armar seu proletariado, sob a direção da vanguarda revolucionária, construindo os seus organismos de poder independentes do imperialismo e do Estado Burguês, que segue existindo na Venezuela.

As forças de esquerda que dizem defender a Venezuela contra os ataques do imperialismo só podem se opor de fato à escalada militar dos EUA se romperem com a linha da defesa da democracia burguesa e da aliança com a burguesia, se colocando pelo combate na construção da unidade anti-imperialista e pela revolução mundial.

A burocracia dirigente do PSUV e do governo venezuelano castrou a possibilidade do povo se enfrentar ao imperialismo e entrou no caminho da conciliação com a burguesia nativa e seus senhores do capitalismo mundial. Estes últimos se engalfinham em intensas disputas que se concentram, por agora, na guerra comercial travada entre EUA e China, que avança a passos largos para uma conflagração mundial.

A retomada das mobilizações na Venezuela pode ter certo alento ao receber apoio dos trabalhadores de diferentes países. Por isso, atos e manifestações ocorridos são importantes pontos de apoio às massas venezuelanas. No entanto, estes movimentos só adquirirão potência se confluírem para a construção de uma Frente Única Anti-Imperialista, se combinando com a luta do proletariado norte-americano pela queda de Trump e pelo fim do regime capitalista nos EUA, em defesa das reivindicações do povo explorado e oprimido e fim das guerras.

O PSUV se construiu, falando em nome de uma revolução, mas se erigiu como uma barreira ao socialismo. Sem um partido revolucionário, a classe operária venezuelana não poderá se defender até o fim. Essa experiência histórica do nacionalismo

burguês tem alto custo nesse momento da crise mundial, do processo de desintegração do capitalismo semicolonial da América Latina e da mortífera investida do imperialismo norte-americano às conquistas venezuelanas materializadas nas nacionalizações.

A situação revolucionária que se desenvolveu na Venezuela até pouco antes da morte de Hugo Chávez foi empalmada e controlada, seguida e continuamente, pela pequena burguesia e altos escalões das Forças Armadas. Os Conselhos de Base, os Comitês de Fábricas, as Comissões das Fábricas Ocupadas pelos trabalhadores e os Conselhos Camponeses e dos Povos Originários foram domesticados sob a batuta do PSUV e dos burocratas da pior espécie. Os Comitês de Bairros foram transformados em apêndices da máquina eleitoral do partido. Isso não ocorreu sem choques. A burocracia chavista foi obrigada a reprimir as lutas, afastou, demitiu e prendeu ativistas e dirigentes sindicais.

O resultado dessa política burguesa pesa decisivamente agora quando a nação oprimida se encontra cercada militarmente pelos Estados Unidos e seu presidente, sequestrado. As manifestações em curso convocadas pelo PSUV sob a bandeira do pacifismo não removerão os Estados Unidos de seus objetivos colonialistas. A importância da convocação de assembleias e tribunas anti-imperialistas, bem como as marchas exigindo que Trump devolva o presidente da República, está em que abre caminho à resistência aos novos passos dos Estados Unidos para submeter a Venezuela. Os Conselhos de Base, os Comitês de Fábricas, as Comissões das Fábricas Ocupadas pelos trabalhadores e os Conselhos Camponeses e dos Povos Originários devem ser reconstituídos como organizações independentes do Estado e instrumentos da luta revolucionária contra toda forma de opressão.

Está posta à classe operária tomar a frente da luta pela libertação do presidente Maduro, pondo em pé a frente única anti-imperialista e recorrendo à autodefesa da nação oprimida com o programa e os métodos da luta de classes. A classe operária, as massas camponesas e as camadas da classe média da América Latina devem ser chamadas à luta anti-imperialista. Esse combate exige que a vanguarda com consciência de classe organize o Partido Operário Revolucionário, seção do CERQUI.

Posição das esquerdas sobre o ataque imperialista à Venezuela

O ataque norte-americano à Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro, na madrugada do dia 3 de janeiro, motivou uma imediata reação dos movimentos, sindicatos e organizações. A posição das esquerdas, embora tenha confluído para a condenação ao ataque, se distinguiu pelas diferentes análises e, especialmente, pelas distintas tarefas práticas colocadas para o momento. Analisar estes variados matizes permite não apenas separar a posição revolucionária das posições do centrismo e oportunismo, mas, fundamentalmente, reafirmar a linha política do marxismo revolucionário diante de um grande acontecimento.

Começamos pelo PSOL. Em sua declaração, intitulada “Nota do PSOL sobre o ataque de Trump e dos EUA contra a Venezuela”, divulgada no dia 3/1, o partido evitou usar a expressão “sequestro” para se referir à captura de Maduro, preferindo usar a expressão “desaparecimento forçado do presidente”. A nota denuncia que o ataque “fere os princípios da carta das Nações Unidas, dos direitos humanos e do direito internacional”. A declaração se coloca pela libertação de Maduro e Cilia e finaliza dizendo ser “necessário construir uma estratégia de integração latino-americana para resistir à ofensiva imperialista norte-americana”. O reformismo psolista fala em solidariedade ao povo venezuelano, mas não conchama as massas a defender a autodeterminação da nação

oprimida e a empreender a luta anti-imperialista com os métodos próprios da classe operária. Aposto apenas na interação latino-americana para fazer frente ao imperialismo norte-americano, ou seja, apoia-se na defesa do Estado Democrático e das instituições internacionais burguesas, que pode e deve ser acompanhada de ato de rua simbólicos.

O PCB publicou uma nota intitulada “Repúdio total ao ataque terrorista dos EUA à Venezuela” datada de 3 de janeiro. Diz que o objetivo dos EUA, além apoderar-se dos recursos minerais estratégicos era o de “combater os avanços que a revolução bolivariana proporcionou ao movimento popular nos últimos anos”. Utiliza-se da expressão ‘sequestro’ para se referir à prisão de Maduro e conclui com as bandeiras: “Pela autodeterminação do povo venezuelano”, “Pela imediata libertação do presidente Maduro e Cilia Flores”, “Fora ianques da América Latina” e “Mobilizar e organizar a resistência anti-imperialista”. O PCB manteve durante muito tempo uma posição de apoio crítico a Maduro. É o que explica ter de recorrer à tese dos ‘avanços da revolução bolivariana’ como uma das principais causas para o ataque norte-americano. Tal justificativa é, evidentemente, uma fraude e apenas ajuda a confundir os explorados quanto às principais razões da agressão de Trump a Venezuela. O PCB

acerta ao chamar à mobilização e à resistência anti-imperialista, mas não vai até o fim, explicando que uma verdadeira resistência anti-imperialista exige as lutas das massas rumo à expropriação da burguesia e controle de todas as fontes de matérias-primas. Se coloca acertadamente pela libertação de Maduro, mas não levanta a palavra de ordem democrática de sua recondução ao governo, expressão da defesa marxista da autodeterminação dos povos.

As correntes centristas, que têm sua origem no morenismo, se colocaram unanimemente por atacar Maduro, mesmo diante da violenta agressão imperialista sofrida pela Venezuela. Dessa forma, expuseram toda a inconsequência e fragilidade de sua luta anti-imperialista. Afastaram-se da bandeira de “defesa incondicional da Venezuela e do seu governo atacados pelo imperialismo norte-americano.

Vejamos o que disseram.

A LIT-QI, da qual faz parte o PSTU, lançou uma declaração, no dia 3 de janeiro, com o título “Abaixo a agressão imperialista norte-americana contra a Venezuela!”. Nela, após condenar o bombardeio de Caracas, o sequestro de Maduro e o objetivo da Casa Branca em se apoderar do petróleo venezuelano, conclama os trabalhadores a não confiar em Maduro. Diz: “lutar contra a agressão imperialista não significa dar apoio político a Maduro. O seu governo não tem nada de anti-imperialista (...) é uma ditadura capitalista, que aplica planos contra o povo trabalhador”. Curiosamente, ao final da declaração, apelam aos trabalhadores pela “mais ampla unidade de ação política e militar da Venezuela, incluindo com o governo Maduro e os seus apoiantes, para lutar contra a agressão imperialista”. Encerram a nota defendendo o armamento dos trabalhadores e convocando os governos latino-americanos de Sheinbaum, Petro e Lula a oferecerem apoio militar à Venezuela.

O MRT lançou sua nota no dia 4 de janeiro com o título “Abaixo a agressão imperialista contra a Venezuela!”. Nela diz: “repudiamos esta agressão e exigimos a imediata liberdade a Nicolas Maduro e Cilia Flores, de maneira totalmente independente de seu governo autoritário e desde quem estamos na oposição de esquerda a seu governo”.

A CST em sua nota nacional “Rejeitamos categoricamente a agressão dos EUA contra a Venezuela. Fora Trump da Venezuela e América Latina!”, de 3 de janeiro, repete a mesma toada: “A nossa condenação categórica a esse ataque criminoso e covarde contra o povo venezuelano é feito a partir da oposição de esquerda a Maduro, que lidera um regime repressivo e autoritário, com centenas de presos políticos e implementa um brutal ajuste capitalista”. Conclui com a bandeira “Fora Trump da América Latina e do Caribe”.

O MPR – o mais novo rebento da família morenista, surgido de uma divisão na LIT-QI – vai ainda além. Em sua nota de 3 de janeiro, intitulada “Fora Trump e os ianques da Venezuela!”, em que defende as bandeiras de “Fora o imperialismo da América latina” e “promover mobilizações e lutas em todo o mundo”, diz: “enfrentar o invasor sem qualquer apoio à ditadura Maduro. (...) a ditadura de 30 anos na Venezuela que perseguiu e assassinou opositores, proscreeu partidos políticos e forçou o exílio de quase 8 milhões de venezuelanos (...) não pode ser defendida nem apoiada”. Como esperado, sua nota não denuncia o sequestro de Maduro, nem se coloca por sua libertação. Pede, porém, a “liberdade para os presos políticos da ditadura de Maduro!”

A condenação de Maduro aparece como o ponto convergente das organizações morenistas acima. Os pseudotrotskistas arremetem publicamente contra o chavismo no momento em que o governo venezuelano está sob o ataque militar e cerco imperialista. Trata-se de um erro brutal que desfigura o combate anti-imperialista, nega a bandeira de defesa incondicional da nação oprimida e leva água ao moinho da oposição direitista interna.

Posição inversa adotou PCO que emitiu duas curtas declarações nos dias 3 e 4 de janeiro com os respectivos títulos:

Venezuela

“Todo apoio à Venezuela/Fora imperialismo da América Latina” e “Liberdade para Nicolás Maduro”. Por um lado, PCO se colocou, acertadamente, pela libertação de Maduro e o reconhecimento de seu governo como parte da autodeterminação nacional venezuelana. Por outro, porém, adotou uma conduta de ‘caixa de ressonância’ do chavismo, dando vazão (quase mecanicamente) às diretrizes que emanam Estado venezuelano. Com isso, se absteve de convocar as massas trabalhadoras a ganhar as ruas, se armar e avançar a luta anti-imperialista por meio da expropriação do grande capital, assim como a defender o apoio militar dos países latino-americanos à Venezuela.

As correntes cuja origem estão em maior ou menor grau ligadas ao estalinismo expuseram também suas posições, eivadas de equívocos e inconsequências.

A UP lançou uma nota assinada pela Executiva Nacional em 3/1 com o título “Não ao terrorismo dos EUA contra a Venezuela!”. A nota caracteriza o ataque dos EUA como terrorista, denuncia o sequestro de Maduro e defende, corretamente, que a luta anti-imperialista não pode ficar a meio caminho, e sim avançar “na direção de colocar as empresas e os grandes bancos sob o controle da classe trabalhadora”. A nota padece de uma fraca explicação das raízes da ofensiva imperialista dos EUA (‘roubar as riquezas dos países’ para ‘sair da crise’ econômica em que se encontra, marcada pelo elevado desemprego e endividamento das empresas). Nenhuma palavra é dita sobre o choque, cada dia mais tenso, entre EUA e China. A nota finaliza sem exigir a libertação de Maduro e sua condução de volta ao governo como parte da defesa da incondicional da soberania venezuelana.

No caso do PCBR, sua nota datada igualmente de 3 de janeiro e chamada “EUA, tirem as mãos da Venezuela! Toda solidariedade ao povo venezuelano” repudia o ataque imperialista e manifesta solidariedade ao povo venezuelano. Nenhuma palavra é dita sobre a liberdade de Maduro. Menos ainda sobre sua recondução ao governo. A declaração conjunta dos “partidos comunistas e operários”, assinado por 39 organizações, igualmente guarda silêncio sobre estas tarefas, apesar de reivindicar “respeito irrestrito à soberania, autodeterminação e integridade territorial do povo venezuelano”. A convocatória às “forças revolucionárias, operárias e populares de todo o mundo” para “mobilizar-se e expressar sua solidariedade ativa com a Venezuela face a essa nova escalada militar do imperialismo estadunidense” não se desdobra em chamado às massas para, com seus métodos próprios, lutar pela expropriação da burguesia e nacionalização dos recursos petrolíferos e minerais.

O POR teve o cuidado de divulgar seu Manifesto, sua Carta aberta aos sindicatos, correntes e movimentos e a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional com o chamado à construção de uma Frente Única Anti-imperialista, à defesa incondicionalmente da Venezuela e à luta com os métodos próprios da classe operária. A análise das posições das correntes na atual crise venezuelana, longe de ser um capricho, constitui uma imposição da luta de classe pela clarificação do programa da revolução e ditadura proletárias. No momento em que vai se apertando o cerco imperialista à Venezuela e ganham projeção as ameaças aos demais países da América Latina, convocamos as organizações e correntes de esquerda a se colocarem pela plataforma:

1) Impulsionar a luta das massas venezuelanas e latino-americanas pela expropriação da burguesia e nacionalização das fontes de matéria-prima, sob controle operário!

2) Liberdade imediata de Maduro e Cilia Flores e sua recondução ao governo! Apenas o povo venezuelano pode decidir o destino de Maduro! Autodeterminação dos povos! Defesa incondicional da nação oprimida

3) Exigir que os governos que condenaram o ataque imperialista apoiem militarmente a resistência venezuelana!

Essa é a via para pavimentar as condições organizativas e programáticas da luta proletária pela revolução social.

Bolívia não se vende carajo, Bolívia se defende! Viva a luta do povo contra o maldito decreto 5503!

A gigantesca e combativa marcha de Calamarca, reunida com centenas de milhares de mineiros, operários, camponeses e professores, convocada pela COB, entrou na sede do governo, evidenciando a retumbante repulsa da grande maioria dos

trabalhadores ao maldito decreto 5503 do governo dos ricos famintos, traidores, capangas do imperialismo ianque.

NEM UM PASSO PARA TRÁS!

Ocupar as ruas e estradas em todo o país até que sejam anuladas

Rumo à paralisação do país com bloqueios de estradas e grandes mobilizações nas cidades

Não esmorecer nos objetivos da luta: revogação de todo o decreto 5503, o fim da subvenção está ligado aos artigos de entrega do país às multinacionais

Aprofundar a luta e manter uma posição firme da direção da COB, mineira e fabril

É fato que os diferentes setores têm compreendido o conteúdo do decreto maldito, razão pela qual foi observada uma incorporação massiva de diferentes setores às mobilizações convocadas pela Central Operária Boliviana. Prova disso é a enorme e apoteótica Marcha Nacional que partiu da cidade de El Alto para a sede do governo.

Em amplos setores populares, dos trabalhadores das cidades e do campo, já é evidente que este é o governo dos ricos, dos interesses dos empresários e dos gringos do norte que põem à venda o país alienando nossos recursos naturais em favor de corporações multinacionais.

A desilusão de amplas camadas da pequena burguesia popular com o corrupto governo do MAS levou à “vitória democrática” do binômio improvisado Paz-Lara. “Governo traidor”, eles o chamam, “recebeu nosso voto e agora ataca brutalmente os bolsos dos mais necessitados”, gritando durante toda a marcha: “Que bom, quão lindo, quão belo deve ser, Lara para o asilo e o frango para a frigideira.”

O governo quer se mostrar forte apesar de a rejeição popular, com a repressão à mobilização e contra o sindicalismo, anunciando a eliminação da contribuição sindical obrigatória. Assim, tentando destruir as organizações sindicais dos trabalhadores e das classes médias oprimidas. Estrangulá-los economicamente. Uma orientação fascista típica.

Alguns meses após sua posse, a ideia de que este governo deve sair, que deve ser derrubado, está amadurecendo rapidamente entre aqueles que estão na base.

Na última instrução da COB, por resolução do Cabildo de

El Alto, se estabelece que há “Um único ponto inegociável: A REVOGAÇÃO TOTAL DO DECRETO SUPREMO Nº 5503. Mas, ao mesmo tempo, “propondo que o Poder Executivo emita um novo decreto supremo referindo-se exclusivamente à questão do subsídio, dos bônus sociais e do aumento salarial, e que os outros aspectos sejam debatidos e tratados na Assembleia Legislativa Plurinacional, no âmbito de suas atribuições constitucionais”

Esta orientação da direção da COB não é apenas um erro grave, mas também cheira à capitulação: separar a questão do fim da subvenção dos demais artigos que vendem o país às multinacionais e privilegiam os interesses dos empreendedores agroindustriais.

Por que o governo aplicou esses dois aspectos do decreto juntos? Porque faz parte de uma única política pró-negócios e pró-multinacionais do governo burguês neoliberal vendido.

Levantar esperanças de que a Assembleia Legislativa Plurinacional possa revisar e anular alguns artigos é pedir peras do olmo. É impossível que o reduto de neoliberais vende-pátrias (PDC, UNIDAD LIBRE, JUNTE-SE), que constituem a maioria no parlamento, se oponham ao seu governo e à embaixada dos EUA. Não se pode distrair os trabalhadores em luta com alternativas legais sobre a inconstitucionalidade de muitos artigos do decreto. Todos sabemos que a Constituição é letra morta e que é violada, coitada, por todos os governos de acordo com os interesses dos exploradores.

Apenas a mobilização e a ação direta das massas conseguirão dobrar o ditador vende-pátria e esfomeador

SE O GOVERNO NÃO QUISER REVOGAR TODO O DECRETO MALDITO, ENTÃO TERÁ DE SAIR!

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Denunciamos o ataque covarde contra nossa camarada Vilma Plata pelos membros do MAS infiltrados na marcha contra o maldito decreto 5503

Nossa camarada, Vilma Plata, incansável lutadora contra todos os governos vende-pátrias da ditadura burguesa foi barbaramente agredida por desaforados cocaleros masistas do Trópico de Cochabamba infiltrados na marcha, por ela exigir que fossem removidos da marcha.

Apontamos que não devemos permitir que o evismo tente tirar vantagem política da luta contra o governo neoliberal que chegou ao poder com base no descrédito popular da impostura do MAS, que inicialmente despertou ilusões nas massas devido à figura

do camponês indígena Evo Morales como presidente da Bolívia oprimida pela burguesia brancoide. Mas sua política reformista pró-burguesa determinou que governasse para os ricos e que acabasse afundado na poça da corrupção da política burguesa.

A verdadeira unidade do povo só pode ocorrer dentro do quadro da independência sindical e política dos trabalhadores, dos camponeses, das classes médias empobrecidas e agora brutalmente espancadas pelo golpe do fim da subvenção aos combustíveis.

4 de janeiro de 2026

Diante da convocação do governo à COB por um diálogo aberto Interesses nacionais e populares são incompatíveis com o conteúdo neoliberal do maldito decreto 5503 O povo, vítima do decreto de fome que aliena o país, não pode esperar nada do diálogo com seus carrascos

Os explorados, especialmente os trabalhadores, estão tomando consciência do conteúdo anti-nacional de fome e vende-pátria do maldito decreto 5503, mantendo as mobilizações apesar das festividades de fim de ano, exigindo sua revogação. O governo, temendo que a mobilização e a resistência popular ao decreto continuem a se fortalecer a partir de 5 de janeiro, convocou um “diálogo aberto com a COB”, na esperança de conter a mobilização e arrastar a direção para a armadilha das mesas técnicas.

O ampliado da COB decidiu atender ao chamado do governo, após a mobilização marcada para 5 de janeiro e após a realização de um Cabildo para propor a revogação do decreto. Quando perguntado se haverá alguma possibilidade de negociação, Argollo responde: “que, de uma vez, o governo se toque o coração, se sensibilize com o povo mobilizado [...] haverá que conseguir um novo decreto, mas com a participação de todos os atores do país [...] (para que) todos possamos seguir em frente. Não só aqueles que estão na base pagarão pelos pratos rotos destas medidas econômicas, também aqueles que estão no topo tem de fazer sua parte...”

Essa possibilidade não vai acontecer. É um erro grave despertar falsas ilusões e, pior ainda, a ideia de que ricos e pobres compartilham o sacrifício. Que os ricos paguem pela crise!

O maldito decreto deve ser esmagado com uma mobilização poderosa de todos os explorados.

O decreto maldito é a resposta burguesa à crise econômica sob as condições do governo dos EUA, para dar apoio econômico ao governo Paz-Lara. Endividar o país com os abutres financeiros do imperialismo e entregar nossos recursos naturais à voracidade imperialista em troca de impostos miseráveis e royalties; livre mercado sem interferência do Estado, para que a burguesia nativa possa se enriquecer sem obstáculos (“travas”) às custas da miséria do povo trabalhador e da alienação do país.

Então, o que se pode esperar de um diálogo entre vítimas e carrascos? NADA!

Entre o conteúdo esfomeador e vende-pátria do governo dos ricos contra os pobres e contra a soberania nacional para que a burguesia lacaia do imperialismo e os interesses do povo trabalhador, não há ponto possível de conciliação.

A resposta revolucionária à crise desde o campo operário é exatamente o oposto do que foi estabelecido no decreto burguês: nacionalização de toda a mineração, estatização dos latifúndios agroindustriais, estatização das cooperativas de ouro, estatização da banca privada, intervenção e controle operário coletivo das grandes empresas privadas, monopólio estatal do comércio exterior.

1º de janeiro de 2026

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Abaixo o gasolinaço!

Unificar a luta do povo e dos trabalhadores até derrotar o pacote do governo!

O governo direitista de Paz-Lara lançou seu pacote e decretou um GASOLINAÇO, suspendendo o subsídio aos hidrocarbonetos, o que constitui um golpe contra o povo, o preço da gasolina se duplica e o do diesel se triplica, o que terá nefastas consequências na elevação dos preços da cesta básica, que já é inacessível para muitas famílias.

O governo, na mesma coletiva de imprensa, anunciou algumas medidas “paliativas”, como o aumento da Renda de Dignidade, o Bônus Juancito Pinto e o Salário Mínimo para 3300 bs, medidas totalmente insuficientes para enfrentar o aumento do custo de vida, esquecendo também das grandes massas de desempregados e autônomos que vivem precariamente.

Além disso, no mesmo decreto, o governo congela os salários para 2026, condenando a maioria dos trabalhadores e salários de fome. Também proíbe novas contratações de pessoal e obriga entidades públicas e empresas a apresentarem um programa de racionalização de pessoal e otimização de cargos, o que significa que demissões serão realizadas, agravando o problema do desemprego. Por fim, o BCB também é instruído a transitar para um novo Regime Cambial, que abre portas para a desvalorização da moeda.

O governo, junto com seu pacote faz a ameaça que aqueles que se oponham à medida serão considerados “traidores da pátria”. O

que mais se pode esperar de um governo que considera patriótico defender os interesses de grandes multinacionais estrangeiras, dos agroindustriais e cooperativas, enquanto condena a grande maioria do país à pobreza. O decreto inclui, por exemplo, a livre exportação de bens essenciais, o que aprofundará a escassez da cesta básica.

Este pacote, preparado há muito tempo pela classe dominante, para descarregar a crise nas costas da grande maioria, deve ser interrompido imediatamente, caso contrário o governo avançará com outras medidas, como a destruição da Lei do Trabalho e a descentralização da Educação.

Desde as bases, convocamos todos os trabalhadores e o povo em geral a saírem às ruas até fazer retroceder o governo e revogar o D.S. 5503. A COB e todas as organizações sindicais e populares devem convocar a resistência ao pacote até que seja derrotado. As bases devem exigir que suas direções convoquem atividades orgânicas para organizar a luta dentro do âmbito da independência política e sindical, evitando as manobras da burocracia sindical. Em 2010, já derrotamos o Gasolinaço de Evo Morales nas ruas, agora temos de derrotar o PACOTAÇO de Paz-Lara.

Sucre, 17 de dezembro de 2025

À subvenção, não se toca!

Que a crise a pague os ricos que saqueiam o país

O fim do subsídio apresentado pelo governo não era inevitável. O que eles escondem é que empresários e multinacionais pagam um imposto miserável ao Estado boliviano.

Tudo o que os agroindustriais, as multinacionais mineradoras, as cooperativas de ouro e os grandes bancos que saqueiam impiedosamente os recursos naturais do país não pagam, deve financiar o subsídio. O governo não pode tocar no bolso dos trabalhadores. Também se deve obrigar os empresários a depositar os dólares das exportações no Banco Central da Bolívia.

Os governos neoliberais dos anos noventa e o MAS em vinte anos entregaram a economia boliviana às mãos dos empresários e multinacionais, e são esses que hoje se apropriam do que é produzido pelos bolivianos.

A extração e comercialização do ouro é um grande negócio, já que, de 2023 a 2025, geraram mais de 3,5 bilhões de dólares por

ano para os cooperativistas, dos quais apenas uma média de 122 milhões entrou nos cofres do Estado e das regiões em impostos e royalties, e isto, enquanto esses empresários do ouro contribuem com apenas 3,5% dos impostos e royalties. As multinacionais mineradoras no Ocidente não mais do que 11% de seus lucros brutos, e os latifundiários do Leste, fundamentalmente controlados por capital brasileiro, pagam à RAU (Regime Agrícola Unificado), um imposto especial de apenas 34,42 Bs. por hectare agrícola e 2,7 Bs. por hectare de pastagem por ano.

POR TODAS ESSAS RAZÕES: A LUTA DOS BOLIVIANOS DEVE SER ORIENTADA PARA NACIONALIZAR O OURO! NACIONALIZAR O AGRONEGÓCIO, NACIONALIZAR A BANCA PRIVADA! NACIONALIZAR A MINERAÇÃO MULTINACIONAL!

La Paz, 28 de dezembro de 2025

Paralisar o país até a revogação do D.S. 5503

Ocupar as ruas e estradas para esmagar o gasolinaço e todo o pacote esfomeador!

Que a cob imediatamente convoque uma mobilização unitária e uma greve geral por tempo indeterminado!

1- O governo duplica o preço da gasolina e triplica o diesel. Decreto maldito que aumentará todos os preços da cesta básica, o que se traduzirá em fome e miséria para a maioria, enquanto os grandes empresários sugadores de sangue descarregarão esse aumento nos preços finais dos produtos, sendo o povo que pagará o custo dessas medidas.

2. – Ficou escancarada a natureza burguesa, antioperária e antinacional do governo de Rodrigo Paz e Edmand Lara. Governo dos empresários e para os empresários, que aplica todo um programa de ajuste econômico a serviço dos proprietários de terras, dos empreendedores das cooperativas de ouro, das multinacionais mineradoras e dos banqueiros privados, que aca-



bam sendo seus principais beneficiários.

3. - Suas medidas “paliativas”, como o aumento da Renda de Dignidade, o Bônus Juancito Pinto e o Salário Mínimo de 3300 Bs, são totalmente insuficientes para compensar o aumento do custo de vida. Além disso, não leva em conta que a maioria dos bolivianos trabalha por conta própria e está desempregada.
- 4.- Não há mais nada a discutir. Ou eles ou nós. Esse pacote deve ser barrado no meio do caminho e derrotado com ação direta. Caso contrário, Paz-Lara avançarão com suas medidas neoliberais de privatização de empresas estatais com demissões massivas, entrega de nossos recursos naturais a investidores estrangeiros, destruição da Lei Geral do Trabalho, privatização da Educação e Saúde etc.
- 5.- Os dólares são detidos pelos empresários, então a luta deve ser

orientada para nacionalizar o ouro, nacionalizar o agronegócio, nacionalizar a mineração multinacional e a banca privada. Recuperar a economia das mãos dos capitalistas para benefício de todos os bolivianos.

6. Imediatamente todos os sindicatos, organizações de bairro etc. devem organizar a luta; e a Central dos Trabalhadores da Bolívia deve se colocar à frente. Convocar imediatamente um amplo de emergência para unificar a luta nacional.

ESMAGAR O GOVERNO ESFOMEADOR NAS RUAS!

MORTE À BURGUESIA INÚTIL E ENTREGUISTA!

PELO GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONESES E DE TODOS OS OPRIMIDOS!

18 de dezembro de 2025

Postagem do Partido Operário Revolucionário – MASSAS – Argentina

Apoio à Bolívia

Desde o Partido Operário Revolucionário, saudamos a enorme mobilização do povo boliviano contra o D.S. 5503 e repudiamos a repressão às manifestações.

Ontem, segunda-feira, 5 de janeiro, a enorme marcha da COB entrou em La Paz. Com a bandeira “BOLÍVIA NÃO ESTÁ À VENDA”, exige que o presidente Rodrigo Paz Pereira revogue o Decreto S. 5503. Diversos setores se juntaram à marcha, fortalecendo a reivindicação.

Rodrigo Paz é o governo fantoche dos empresários e do imperialismo, que quer descarregar o peso da crise nas costas dos pobres do país. Diante da contundência da reivindicação, o

governo pró-imperialista desencadeou uma forte repressão contra os manifestantes e realizou prisões seletivas de líderes da COB.

Após o fracasso das negociações com o governo, repressão, prisão de manifestantes e, acatando a deliberação do cabildo, a COB decidiu realizar bloqueios em todo o país.

Rejeitamos a brutal repressão do governo de Rodrigo Paz à mobilização e nos juntamos à bandeira de revogação do D.S. 5503.

- **BOLÍVIA NÃO ESTÁ À VENDA!**

- **REVOGAÇÃO IMEDIATA DO DECRETO DE FOME E ENTREGUISTA 5503!**

1º de janeiro de 2026

Chile

Editorial

(Lucha Obrera – Nº 66 de dezembro de 2025)

As eleições para presidente e parlamentares no Chile seguiu os cânones impostos pela Constituição de Pinochet, cuja abordagem alinha todos os partidos políticos e candidatos a manterem o caminho traçado pela ditadura militar antioperária, anti-nacional e pró-imperialista. Durante 17 anos, se deu lugar a governos que defendem a democracia burguesa, que permaneceram no poder por longas décadas, populistas e ferozmente chauvinistas.

Aqueles que participaram de fóruns internacionais do tipo frente popular, que de forma alguma beneficiam seus países ao perpetuarem o atraso, a miséria e o semicolonialismo, subordinados ao império norte-americano, com políticas econômicas impostas pelos países industrializados. Essa situação se repete por toda a América Latina, como uma praga maligna.

Estas eleições acontecem ao final de um governo que semeou muitas ilusões, tendo como antecedente o fato dos seus membros pertencerem a uma das bancadas de deputados, em sua maioria jovens da Frente Ampla e do Partido do Estalinismo Crioulo, que se autodenomina “comunista”, além de “marxista-leninista”.

Diante desta aberração, se fôssemos crentes, pensaríamos que Marx, Lênin e Trotsky se reviriam em suas sepulturas. Como somos materialistas, os que estamos vivos e as novas gerações de revolucionários proletários temos de acertar contas com estes bandidos. Estes impostores formaram a bancada estudantil, cujo líder Gabriel Boric fez carreira desde a universidade e aproveitou esse impulso em outubro de 2019, quando ocorreu a rebelião popular, enviando ativistas às Assembleias Populares que ocorreram por todo o país, elaborando um programa governamental baseado nas demandas das assembleias, repudiando os problemas estruturais econômicos, sociais e políticos da maioria oprimida da nação pauperizada e faminta.

Todo esse programa mentiroso e impossível de concretizar, devido à falta de recursos econômicos, pois as riquezas do cobre, lítio e pesca, madeira e outros estão nas mãos do capital financeiro multinacional, em conluio com o grande capital nacional de famílias há mais de duzentos anos, compõem burguesia chilena, lacaia do imperialismo, convertida em uma classe parasitária que só pode ser destruída pela revolução proletária.

Tanto a candidata do partido governista Jeannette Jara quanto o representante fascista de direita J.A. Kast aumentarão a desigualdade e manterão a opressão, exploração e miséria que a nação sofre ao longo da vida republicana, amplificadas nos últimos 52 anos.

14 DE DEZEMBRO DE 2025, AS MASSAS DA NAÇÃO VÃO VOTAR NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PARA ELEGER UM NOVO PRESIDENTE

(Boletim da Revolução Proletária nº 27 do Comitê de Construtores do Partido Operário Revolucionário - Seção Chilena do CERQUI)

A eleição do candidato da ultradireita do pinochetismo-fascista, que superou a candidato do partido governista em mais de dez pontos do total de votos, representa uma ampla derrota principalmente contra o governo, partidos e candidatos a deputados e senadores, tanto eleitos quanto os que perderam seus cargos, que lhes trouxeram muito dinheiro e poder. Após alguns dias, o Sr. Boric convocou todos os partidos e parlamentares a discutirem a profunda derrota, sabendo antecipadamente que perderiam essa eleição. As desculpas eram altamente patéticas, como dizer que era necessário divulgar os grandes avanços desse governo, pelas 70 leis aprovadas, superando todos os governos anteriores. Quanto a isso, a oposição refuta essa pretensão, pois, sem sua intervenção, essas leis não teriam sido aprovadas. Ambos os setores fazem alegremente suas contas, mas, quando as divulgam, fica claro que não houve benefício para os operários e as maiorias nacionais. Porque todas estão relacionadas ao repetido e desacreditado imbróglio da segurança nacional; os únicos beneficiários são o capital nacional e multinacional, como veremos abaixo, listando as poucas e principais leis aprovadas:

- Lei de delitos econômicos, criada para combater o comércio ambulante
- Lei contra o sicariato [matadores]
- Lei contra usurpações, elaborada para prevenir ocupação de terras
- Lei que cria o Ministério da Segurança
- Lei que modifica a antiga lei antiterrorista, tornando-a mais repressiva contra os miseráveis.
- Lei que fortalece a ação policial.
- Lei de reforma habilitando um ministério público supra territorial.
- Lei que amplia o uso da força à polícia e às forças armadas.
- Lei contra o crime organizado. Sabemos que o protesto e a organização espontânea são considerados crimes cometidos por várias pessoas; para isso, é necessária organização.
- Lei do serviço de reinserção social juvenil, cujos resultados são e continuarão sendo uma lei inútil, devido à falta de recursos econômicos que o país sofre.
- Lei que mantém indefinidamente os Estados de Exceção contra a nação-classe Mapuche.
- Lei contra os réus nas prisões do país, fiscalização de objetos proibidos, celulares, todos os elementos de comunicação entre companheiros e familiares.

Não houve nenhum avanço nas demandas estruturais pelas quais votaram os setores miseráveis e as vanguardas que lutaram em outubro de 2019, como a reivindicação de trabalho, melhorias salariais, solução para o déficit habitacional, empobrecimento da saúde, educação etc. O caminho escolhido pelas massas operárias, funcionários estatais e privados e moradores foi o da luta de rua,

que sabemos ficou mais arriscada devido ao arsenal de leis que Boric deixou ao próximo governo de J.A. Kast, que está muito valente e deve assumir o cargo como novo presidente do Chile em 11 de março. Sua arrogância permite que ele viaje para a Argentina para se encontrar com o Milei. Qualquer um com um mínimo de critério entende que isso em nada ajuda a resolver os problemas econômicos, sociais e políticos do mundo capitalista corrupto e obsoleto, impossível de superá-los por qualquer meio e menos ainda com esses dois abortos do sistema. O líder do futuro governo imita Donald Trump com suas bravatas.

As palavras de incentivo e satisfação que J. A. Kast recebe do exterior são expressas por diferentes personalidades do fascismo latino-americano, como Bukele, Milei ou Noboa, e também por norte-americanos como Marco Rubio.

Estes alimentam e expandem o superego do fascismo chileno, que tem suavizado suas declarações de campanha, já que não expulsará mais imigrantes que vivem no país em situação ilegal, permitindo que se “abram caminhos para o diálogo”. Ele quer dar uma imagem de humanidade, mas, não faz concessões quanto ao programa econômico de seu governo. Cortará 6 bilhões de dólares do orçamento nacional em 18 meses, e seus ministros devem cumprir, e reduzir as despesas dos departamentos públicos, fiscalizar os municípios para manter a “eficiência dos recursos públicos”, o que se traduz em uma perseguição brutal contra os funcionários do governo anterior, porque, segundo suas palavras, acabará com os cargos políticos. Pode-se deduzir que isso enterrará todos os vestígios de confiança do governo anterior, mas, sem dúvida é uma estratégia para colocar elementos de confiança dele no governo fascista.

Como meta prioritária Kaste quer encerrar seu governo com 4% de crescimento econômico, porque considera que o país está desmoronando, sem considerar os números de economistas importantes. A OCDE e o Banco Mundial asseguram que o crescimento atual do Chile em 2025 atingirá 2,4%. Para cumprir essa promessa, precisa fazer mudanças estruturais, contar com bons assessores econômicos e profissionais treinados, o que não possui. Nem tem a menor ideia ou intenção de fazer mudanças estruturais.

O Banco Central do país prevê um PIB entre 1,75% e 2,75% para 2026. As expectativas do mercado são de 2,3%.

Considere, nos primeiros três meses do governo, os eixos principais:

1º Reduzir o imposto sobre grandes empresas de 27% para 23%. As empresas médias e pequenas que contratarem novos trabalhadores, para evitar a queda na informalidade trabalhista, será aplicado um mecanismo de crédito fiscal associado ao pagamento de salários e contribuições. Além disso, considera-se aplicar-lhes uma alíquota fixa de 12,5%.

Para todas as empresas grandes ou médias, também se acrescentará outra redução adicional, levando de 23% para 20% em média.

2º A eliminação das contribuições de adultos maiores de 65 anos está prevista para março de 2026. Desde que essa habitação seja destinada apenas à moradia.

É absolutamente verdade que a eleição imposta pela burguesia aumenta exponencialmente o prejuízo opressivo contra os desempregados, os sem-teto que aumentam a cada dia devido à grande desigualdade. Quem for eleito sempre fará o mesmo. Certamente esse novo governo aprofundará o esmagamento da classe operária e os trabalhadores em geral, prejudicando brutalmente aqueles abandonados e segregados pela ditadura do grande capital. Como sempre, são os únicos vencedores, junto com os governantes, o poder legislativo e o judiciário que continuarão vivendo às custas dos mais explorados e miseráveis do país.



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Neste número do *Jornal Massas* concluímos a campanha dos 33 anos de liquidação da URSS.

Em 26 de dezembro, a liquidação da URSS completou 34 anos. Mantivemos o título da campanha “33 anos da liquidação da URSS”, porque as exposições no *Jornal Massas* 754 e agora neste número 755 concluem com as formulações de Lênin sobre o momento da tomada do poder, a dissolução da Assembleia Constituinte e a aprovação da resolução sobre a constituição do Estado Soviético no “Terceiro Congresso de Toda a Rússia dos Soviotes de Deputados Operários,

Soldados e Camponeses”.

Vimos a importância de encerrar a campanha expondo os principais pontos do Terceiro Congresso, realizado entre 10 e 18 de janeiro de 1918, em Petrogrado, que contou com 707 delegados, sendo a maioria de bolcheviques com uma representação de 441 delegados. A presidência se constituiu com 10 bolcheviques, 3 socialistas-revolucionários de esquerda e 1 representante de outros agrupamentos.

O Congresso aprovou a “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado”, do-

cumento redigido pelo Lênin. Foram aprovadas, também, a resolução de constituição da República Socialista Russa, tendo por organização uma federação de repúblicas soviéticas, e a lei sobre a socialização da terra. Lênin encerrou o Terceiro Congresso afirmando que a Revolução Russa havia dado início à “construção socialista para todo o mundo, para os trabalhadores de todos os países”.

Abaixo publicamos passagens do informe apresentado por Lênin ao Terceiro Congresso e do seu pronunciamento final.

Terceiro Congresso de Toda a Rússia dos Soviotes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses

Informe sobre a atividade do Conselho de Comissários do Povo

11 de janeiro de 1918

“Camaradas! em nome do Conselho de Comissários do Povo devo apresentar um informe sobre a sua atividade durante os dois meses e quinze dias transcorridos desde a instalação do poder soviético e do governo soviético na Rússia.

Dois meses e quinze dias: isto é, somente cinco dias a mais daqueles que o antecedente poder dos operários existiu e governou todo um país (...), o poder dos operários parisienses na época da Comuna de Paris de 1871.

Devemos lembrar esse poder dos operários, antes de tudo, voltando os olhos ao passado e comparando-o com o poder soviético que se instaurou em 25 de outubro. E se compararmos à anterior ditadura do proletariado com a atual, podemos ver em seguida que gigantesco passo foi dado pelo movimento operário internacional e em que situação incomparavelmente mais favorável se encontra o poder soviético na Rússia, apesar das condições incrivelmente complexas da guerra e do caos econômico”. (...)

“Nunca duvidamos de que somente a aliança dos operários e camponeses pobres, dos semiproletários, formulada em nosso programa partidário, pode abarcar na Rússia a maioria da população e assegurar um firme apoio ao governo”. (...)

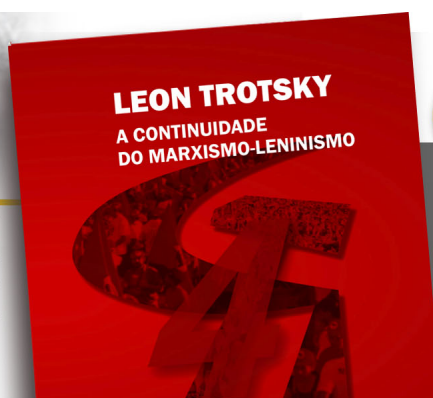
“Se os camponeses da Rússia querem levar a cabo a socialização da terra em aliança com os operários, que vão nacionalizar os bancos e implantar o controle operário, eles são nossos fiéis colaboradores, nossos mais fiéis aliados. Nenhum só socialista, camaradas, deixa de admitir a verdade evidente de que entre o socialismo e o capitalismo existe um período de transição da ditadura do proletariado, longo, mais ou menos difícil, e que as formas que adote esse período dependerão em muito de se predomina a pequena ou grande propriedade, agricultura em grande ou pequena escala”. (...)

“Qualquer socialista politicamente consciente diz que o socialismo não pode ser imposto aos camponeses pela violência e que devemos confiar somente no poder do exemplo e em que a massa camponesa assimile a experiência cotidiana”. (...)

“Não devemos descrever o socialismo como se os socialistas fossem servi-lo em uma bandeja e bem enfeitada. Isso não ocorrerá. Nem um só problema da luta de classes foi ainda resolvido na história de outro modo que não pela violência. Quando a violência é exercida pelos trabalhadores, pelas massas exploradas contra os exploradores, então estamos por essa violência! e não nos confundem minimamente os gemidos daqueles que, consciente ou inconscientemen-

Publicado o livro: **LEON TROTSKY** A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ **35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial



**Lênin estrategista
da revolução proletária**
*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

te, estão do lado da burguesia, ou estão atemorizados por ela, estão submetidos à sua dominação, que ao ver agora essa luta de classes inusitadamente aguda se desconcertam, põem-se a chorar, esquecem-se de todas suas premissas e exigem de nós o impossível, que nós, os socialistas, alcancem a vitória completa sem lutar contra os exploradores e sem esmagar sua resistência”. (...)

“Está claro que aqueles que pensaram que se podia saltar diretamente do capitalismo ao socialismo ou aqueles que imaginaram que era possível convencer a maioria da população de que isso poderia ser alcançado por meio da Assembleia Constituinte; aqueles que acreditaram nessa fábula democrático-burguesa podem continuar acreditando tranquilamente nela, mas não se queixem se a vida estraçalhe essa fábula”. (...)

“Estamos longe de ter completado sequer o período de transição do capitalismo ao socialismo. Jamais abrigamos a esperança de que poderíamos terminá-lo sem a ajuda do proletariado internacional. Jamais tivemos ilusão nesse sentido, e sabemos o quão difícil é o caminho que leva do capitalismo ao socialismo; mas é nosso dever dizer que nossa República dos Soviotes é socialista porque iniciamos esse caminho, e essas palavras não serão palavras vazias”. (...)

“Sabemos que nosso poder devia unificar a atividade de todas as instituições mediante um só princípio, esse princípio o expressamos com as seguintes palavras: ‘Rússia se declara uma República Socialista dos Soviotes’”. (...)

“Precisamente agora podemos dizer que temos realmente uma organização do poder que mostra com clareza um passo para a completa abolição de todo o poder, de todo o Estado. Isso será possível quando toda marca de exploração seja suprimida, isto é, na sociedade socialista”. (...)

“Conhecemos uma só caminho para a revolução proletária: ocupar as posições do inimigo, aprender a governar por experiência de nossos próprios erros. Em nada minimizados as dificuldades de nosso caminho, mas já temos feito o fundamental”. (...)

“A Rússia iniciou o caminho correto para a realização do socialismo: a nacionalização dos bancos e a entrega de toda a terra para as massas trabalhadoras. Conhecemos muito bem as dificuldades que nos aguardam, mas estamos convencidos, pela comparação com revoluções anteriores, de que alcançaremos êxitos gigantescos e de que estamos no caminho para assegurar a vitória completa”. (...)

“Conosco irão as massas dos países mais avançados, que foram divididos por uma guerra rapina, cujos operários passaram por uma longa escola da democracia. Avaliamos que quando nos surgem as dificuldades que nossa obra apresenta, que quando se afirma que o triunfo do socialismo é possível somente em escala mundial, isso não é mais do que uma tentativa que prova o total desespero da burguesia e de seus partidários, voluntários e involuntários, de tergiversar. É evidente que a vitória completa do socialismo em um só país é impossível. Nosso destacamento de operários e camponeses, que apoiam o poder soviético, é um dos destaques do grande exército mundial, que foi dividido hoje pela guerra mundial, mas que aspira à unidade, e cada notícia, cada fragmento dos informes sobre nossa revolução, cada nome, é acolhido pelo proletariado com aplausos de simpatia, porque sabe que na Rússia se está cumprindo a causa comum, a causa da insurreição do proletariado, da revolução socialista internacional”.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirar já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



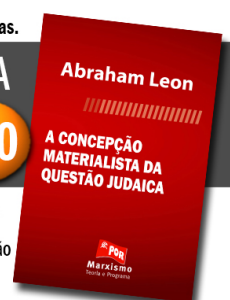
LANÇAMENTO! Adquirar já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

R\$ 30



LANÇAMENTO!

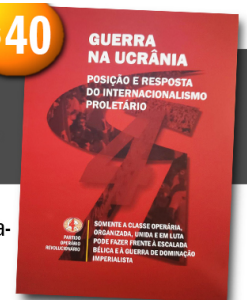
GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirar já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



Conclusão da Campanha

A dissolução da URSS resultou de uma contrarrevolução encarnada internamente pelo revisionismo estalinista e impulsionada externamente pelo imperialismo, sob a direção dos Estados Unidos. Ocorreu nas condições de retomada das tendências desintegradoras do capitalismo mundial. As potências se valeram na década de 1990 da falência da política do socialismo nacional, traçada desde a elevação de Stalin no Partido Comunista Russo e na direção do Estado soviético, para desfechar o mais profundo golpe na URSS.

A classe operária e os demais trabalhadores vêm arcando com as violentas consequências dos retrocessos em suas conquistas revolucionárias. Um dos mais importantes sintomas se encontra na destruição pelo estalinismo da III Internacional. Esse acontecimento, ao lado da degeneração burocrática do Partido Comunista da União Soviética, marca a época da crise de direção, que se prolonga com a dissolução da IV Internacional, provocada pelo revisionismo pablista, cuja orientação levou à capitulação diante do estalinismo após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950-1960.

A liquidação da III Internacional e a dissolução da URSS são acontecimentos interligados. Em contraposição, a constituição da IV Internacional em 1938 resultou de um processo de luta contra o revisionismo estalinista iniciado em 1924. A organização da Oposição

de Esquerda teve em suas bases a defesa da concepção leninista sobre a transição do capitalismo ao socialismo, do fortalecimento da URSS nesse processo e da tarefa histórica da III Internacional se projetar como Partido Mundial da Revolução Socialista.

Hoje, emerge imperiosamente a necessidade de construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, como parte da reconstrução da IV Internacional, ou seja, do Partido Mundial da Revolução Socialista edificado nos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional.

O capitalismo continua se contorcendo em suas contradições, agora ainda mais contundentes que as manifestadas entre as duas guerras mundiais. A luta da classe operária para recuperar o terreno perdido implica assimilar as conquistas da Revolução Russa, da criação da III Internacional e da formação da URSS. Não se pode desconhecer que as experiências catastróficas que favoreceram a contrarrevolução são imprescindíveis para solidificar o programa da revolução mundial e a convicção comunista de que não há outra via de superar a barbárie da sociedade burguesa a não ser pela marcha da revolução social.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, Tomo XXVIII, Akal Editor)

LANÇAMENTO
FOLHETO

**POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Grupo de Estudos do Marxismo



Estudos dos livros:
Imperialismo, fase superior
do capitalismo
A Revolução Permanente
2024

**POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:
R\$ 5,00

**POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

LANÇAMENTO
FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta
Internacional sobre a organização
revolucionária da juventude



**POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:
R\$ 5,00

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

